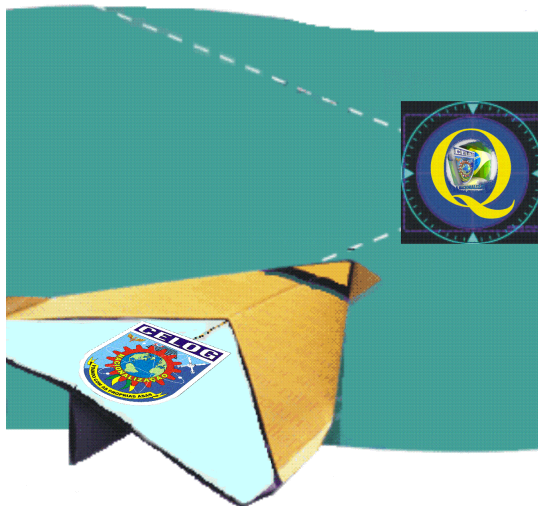


# CONCORRÊNCIA 003/CELOG/2016 Itens de Nacionalização



PAG Nº 67101.003032/2015-94



**CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**  
**EDITALDE CONCORRÊNCIA Nº 003/CELOG/2016**  
**(Processo Administrativo nº67101.003032/2015-94)**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o **Centro Logístico da Aeronáutica (CELOG)**, por meio da Divisão de Obtenção, sediado na **Av. Olavo Fontoura, 1200 – A, Santana, São Paulo - SP**, realizará licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente, do Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto n. 7.983, de 08 de abril de 2013, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11 de outubro de 2010, e da **Portaria n.º 1.526/GC6, de 12 de setembro de 2014**, e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES CONTENDO A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS:**

1.1. Data da sessão, Horário e Local: Conforme divulgado no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no Diário Oficial da União, ano **2016**, no endereço **Av. Olavo Fontoura, 1200 – A, Santana, São Paulo - SP**, para entrega dos Envelopes n. 01, com os documentos de habilitação, e n. 02, com a proposta, além das declarações complementares.

**2. HORÁRIO, DATA E LOCAL PARA INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA**

2.1. Data da sessão, Horário e Local: Conforme divulgado no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no Diário Oficial da União, ano **2016**, no setor **da Divisão de Obtenção**, localizado no mesmo endereço terá início a sessão, prosseguindo-se com o credenciamento dos participantes e a abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a realização de consulta “on line” ao SICAF.

2.2. Os conjuntos de documentos relativos à habilitação e à proposta de preços deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados



com o nome do licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 1

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

**ITENS (*RELACIONAR ITENS PRETENDIDOS*)**

CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

CONCORRÊNCIA Nº 003/CELOG/2016

(RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE)

(CNPJ)

ENVELOPE Nº 2

PROPOSTA

CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA

CONCORRÊNCIA Nº 003/CELOG/2016

( RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE )

( CNPJ )

2.3. Os licitantes interessados em participar do certame não necessitam encaminhar seus representantes legais para entregar os envelopes com a documentação e as propostas, podendo, inclusive, encaminhá-los via Correio ou outro meio similar de entrega, atentando para as datas e horários finais para recebimento dos mesmos, constantes neste Edital. A correspondência deverá ser endereçada com aviso de recebimento para o **Gestor de Licitações** no endereço indicado no Item 1 deste Edital e conter os dois envelopes acima mencionados, além das declarações



complementares, com antecedência mínima de 1 (uma) hora do momento marcado para abertura da sessão pública.

### 3. DO REPRESENTANTE E DO CREDENCIAMENTO

3.1. Os licitantes que desejarem manifestar-se durante as fases do procedimento licitatório deverão estar devidamente representados por:

3.1.1. **Titular da empresa licitante**, devendo apresentar cédula de identidade ou outro documento de identificação oficial, acompanhado de: registro comercial no caso de empresa individual, contrato social ou estatuto em vigor, no caso de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, dos documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas; sendo que em tais documentos devem constar expressos poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

3.1.2. **Representante designado pela empresa licitante**, que deverá apresentar instrumento particular de procuração ou documento equivalente, com poderes para se manifestar em nome da empresa licitante em qualquer fase da licitação, acompanhado de documento de identificação oficial e do registro comercial, no caso de empresa individual; contrato social ou estatuto em vigor no caso de sociedades comerciais e no caso de sociedades por ações, acompanhado, neste último, de documentos de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, no caso de sociedades cooperativas.

3.2. Cada representante legal/credenciado deverá representar apenas uma empresa licitante.

### 4. OBJETO

4.1. A presente licitação tem por objeto a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de itens de nacionalização e ressuprimento**, conforme especificações constantes nos



**Requisitos Técnicos para Licitação – RTL**, que são parte integrante deste Edital.

4.2. Alicitação será dividida em itens, conforme tabela constante do **ANEXO I - OBJETO**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, sagrando-se vencedor o licitante que ofertar o menor preço.

## **5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

5.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de **2016**, na classificação abaixo:

- 5.1.1. Gestão/Unidade: 120071
- 5.1.2. Fonte: 0100000000
- 5.1.3. Programa de Trabalho Resumido: 060491
- 5.1.4. Elemento de Despesa: 339030
- 5.1.5. PI: A0000340100

## **6. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

6.1. Poderão participar desta licitação, os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

6.1.1. Também poderão participar quaisquer outros interessados pertencentes ao ramo de atividade, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos, que, embora não cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, atendam a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, desde que também atendam a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

6.2. Não poderão participar desta licitação:

- 6.2.1. Interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 6.2.2. Interessados suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com o órgão responsável por esta licitação, conforme art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993;



- 6.2.3. Entidades estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 6.2.4. Interessados que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 6.2.5. Servidor ou dirigente deste(a) órgão ou responsável pela licitação;
- 6.2.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 6.2.7. Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

## 7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Participarão desta licitação entidades com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, regularidade fiscal federal e trabalhista e qualificação econômico-financeira, conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13, 14, 18 e 43, III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, bem como entidades não credenciadas no referido sistema.

7.2. Para a habilitação regulamentada na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, o interessado deverá atender às condições exigidas para cadastramento no SICAF, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

7.2.1. O SICAF será utilizado para aferição da habilitação jurídica e da regularidade fiscal federal por meio de consulta "on line". A regularidade trabalhista será aferida por meio da apresentação de Certidão emitida pelo sítio oficial do Tribunal Superior do Trabalho, caso a informação não esteja disponível no SICAF;

7.2.2. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF. A validade das certidões emitidas por meio da rede mundial de computadores (Internet) ficará condicionada à verificação da sua legitimidade por meio de consulta "on line";

7.2.3. Procedida a consulta, serão impressas declarações demonstrativas da situação de cada licitante credenciado, que serão assinadas pelos membros da Comissão de Licitação, bem como pelos representantes legais das empresas licitantes.

7.3. Relativamente à documentação não constante no SICAF, o licitante deverá apresentar a seguinte documentação, no envelope nº 1:

### 7.3.1. Habilitação jurídica:



7.3.1.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

7.3.1.2. Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

7.3.1.3. Em se tratando de sociedades comerciais, contrato social ou estatuto em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

7.3.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

7.3.1.5. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.3.1.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

7.3.1.7. Os atos constitutivos das empresas licitantes deverão estar acompanhados dos demais documentos aditivos e modificativos do seu texto ou, preferencialmente, da respectiva consolidação;

7.3.1.8. Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão apresentar, ainda:

7.3.1.8.1. Comprovante de Inscrição no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, e legislação correlata, para o exercício de atividade classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da mencionada Instrução; ou

7.3.1.8.2. Licença de Operação válida da fabricante do produto, emitida por órgão Federal, Estadual ou Municipal competente, conforme o caso, para todos os itens, por se enquadrarem como Atividade Potencialmente Poluidora ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme previsto na Lei Complementar nº 140/11, Lei nº 6.938/1981, Decreto nº 99.274/1990, Resolução CONAMA nº 237/1997.

## **7.3.2. Regularidades fiscal e trabalhista:**



- 7.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.3.2.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 7.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.3.2.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 7.3.2.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.3.2.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- 7.3.2.7. caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.3.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

### **7.3.3. Qualificação Técnica:**

7.3.3.1. Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio da apresentação dos documentos que seguem, no envelope nº 1:

7.3.3.1.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação,



ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**7.3.4. Qualificação econômico-financeira:**

7.3.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

7.3.4.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

7.3.4.3. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

7.3.4.4. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

7.3.4.5. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.3.4.6. A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line”, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Total}}$$



$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}}$$

7.3.4.7. O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 7% (sete por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

7.4. Todos os licitantes, credenciados ou não no SICAF, deverão apresentar, ainda, no envelope nº 1:

7.4.1 Declaração de que não utiliza de mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos da Lei 9.854, 1999, conforme modelo ANEXO III.

7.5. O licitante que estiver concorrendo em mais de um item ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, sob pena de inabilitação.

7.6. Os documentos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

## 8. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

8.1. No fornecimento do material, a empresa vencedora da licitação deverá atentar para as normas aplicáveis referentes à proteção ao meio ambiente emitida pelos órgãos oficiais (Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, etc), devendo também verificar os critérios de sustentabilidade abaixo descritos, quando aplicável:

8.1.1. O bem seja constituído, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT, quando couber;

8.1.2. O bem seja, preferencialmente, acondicionado em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento, quando couber;

8.1.3. O bem não contenha substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como



mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs), quando couber.

## 9. DA PROPOSTA

9.1. A proposta de preço, apresentada no envelope nº 2, será redigida no idioma pátrio, impressa, rubricada em todas as suas páginas e ao final firmada pelo representante legal da empresa licitante, sem emendas, entrelinhas ou ressalvas, devendo conter:

9.1.1. a razão social e CNPJ da empresa licitante;

9.1.2. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes **dos RTLe** demais documentos técnicos anexos;

9.1.3. O valor total da proposta para cada item que participar, em moeda corrente nacional, expresso em numeral e por extenso, conforme modelo de proposta constante no ANEXO3 da Minuta de Contrato;

9.1.4. Cronograma Físico Financeiro, em conformidade com os prazos e demais aspectos fixados pela Administração **nosRTL**, ajustado à proposta apresentada, conforme ANEXO 4 da Minuta de Contrato.

9.2. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua entrega.

## 10. DA ABERTURA DOS ENVELOPES

10.1. No dia, hora e local designados neste Edital, em ato público, na presença dos licitantes, a Comissão Permanente de Licitação receberá, de uma só vez, os Envelopes nº 01 e nº 02, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.

10.1.1. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos;

10.1.2. As declarações complementares deverão ser entregues separadamente dos envelopes acima mencionados e consistem nos seguintes documentos:

10.1.2.1. Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/09, conforme modelo anexo a este edital;



10.1.2.2. A ausência do documento mencionado no subitem anterior implicará a desclassificação da proposta;

10.1.2.3. Declaração de enquadramento da licitante como Microempresa – ME, Empresa de Pequeno Porte – EPP ou Cooperativa equiparada – COOP, nos termos do art. 34 da Lei n. 11.488, de 2007 apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123, de 2006.

10.1.2.3.1. A apresentação declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado;

10.1.2.3.2. A participação em licitação na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte ou cooperativa equiparada, sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. A comissão poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

10.2. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação ou proposta de preços apresentadas.

10.3. A seguir, serão identificados os licitantes e proceder-se-á à abertura dos Envelopes nº 01 - Documentos de Habilitação.

10.3.1. O conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão e pelos licitantes presentes ou por seus representantes, e consultado o SICAF, se for o caso.

10.4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.4.1. SICAF;

10.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

10.4.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));



#### 10.4.4. CADASTRO TÉCNICO DE FORNECEDORES (CADTEC):

10.4.4.1. No caso de não existência de cadastramento do licitante no CADTEC, deverá ser encaminhada a Declaração de Ciência da Necessidade de Cadastramento no CADTEC para Efetivação da Contratação - Anexo IX;

10.4.4.2. O citado cadastramento deverá ser efetuado de acordo com o que preceitua a Seção II da Portaria 1526/GC6, de 12 de setembro de 2014, Anexo VIII do Edital, como condição necessária à contratação.

10.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.6. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

10.6.1. Não ocorrendo a inabilitação por força das situações acima mencionadas, a documentação de habilitação dos licitantes então será verificada, conforme demais exigências previstas neste instrumento convocatório;

10.6.2. Caso a Comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando os licitantes. Nessa hipótese, todos os documentos de habilitação já rubricados e os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços, rubricados externamente por todos os licitantes e pelos membros da Comissão, permanecerão em poder desta, até que seja concluída a fase de habilitação.

10.7. Ao licitante inabilitado será devolvido o respectivo Envelope nº 02, sem ser aberto, depois de transcorrido o prazo legal sem interposição de recurso ou de sua desistência, ou da decisão desfavorável do recurso.

10.8. Após o procedimento de verificação da documentação de habilitação, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços dos licitantes habilitados serão abertos, na mesma sessão, desde que todos os licitantes tenham desistido expressamente do direito de recorrer, ou em ato público especificamente marcado para este fim, após o regular decurso da fase recursal.

10.8.1. Não ocorrendo a desistência expressa de todos os licitantes, quanto ao direito de recorrer, os Envelopes nº 02 - Proposta de Preços serão rubricados pelos licitantes presentes ao ato e mantidos invioláveis até a posterior abertura;



- 10.8.2. Ultrapassada a fase de habilitação e abertas as propostas, não cabe desclassificar o licitante por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.
- 10.9. As propostas de preços dos licitantes habilitados serão então julgadas, conforme item próprio deste Instrumento Convocatório.
- 10.10. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para a apresentação de nova documentação ou proposta, escoimadas das causas que as inabilitaram ou desclassificaram.
- 10.11. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes credenciados e licitantes presentes.
- 10.12. Será considerado inabilitado o licitante que:
- 10.12.1. Não apresentar os documentos exigidos por este Instrumento Convocatório no prazo de validade e/ou devidamente atualizados, ou não comprovar sua habilitação por meio do SICAF, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;
- 10.12.2. Incluir a proposta de preços no Envelope nº 01.
- 10.13. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após solicitação da Comissão de Licitação, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.
- 10.14. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 10.15. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação dos licitantes será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

## 11. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. O critério de julgamento será **o menor preço por item**.



11.2. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão, caso julgue necessário, poderá suspender a reunião para análise das mesmas.

11.3. A Comissão de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.4. Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste Edital, para efeito de julgamento da proposta.

11.5. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos.

11.6. A Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.204, de 2007.

11.6.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada;

11.6.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos, caso esteja presente na sessão ou no prazo de **02 (dois)** dias, contados da comunicação da Comissão de Licitação, na hipótese de ausência. Neste caso, a oferta deverá ser escrita e assinada para posterior inclusão nos autos do processo licitatório;

11.6.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, nos mesmos prazos estabelecidos no subitem anterior.

11.7. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa empatadas na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada, a Comissão de Licitação convocará os licitantes para que compareçam ao sorteio na data e horário estipulados, para que se identifique aquela que primeiro poderá reduzir a oferta.

11.8. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.



11.9. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.9.1. produzidos no País;

11.9.2. produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.9.3. produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.

11.10. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por meio de sorteio, para o qual os licitantes habilitados serão convocados.

11.11. Quando todos os licitantes forem desclassificados, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas de desclassificação.

11.12. Será desclassificada a proposta que:

11.12.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

11.12.2. conter vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

11.12.3. não apresentar as especificações técnicas exigidas no projeto básico ou anexos.

11.12.3.1. conter oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

11.12.4. não apresentar a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, conforme modelo anexo a este edital.

11.12.5. Apresentar preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.

11.12.5.1. Considera-se manifestamente inexeqüível a proposta cujo valor global proposto seja inferior a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

**a.** Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou



**b. Valor orçado pela Administração.**

11.12.5.2. Nessa situação, será facultado ao licitante o prazo de **05 (cinco) dias úteis** para comprovar a viabilidade dos preços constantes em sua proposta, conforme parâmetros do artigo 48, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sob pena de desclassificação.

11.13. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os anexos deste Edital.

11.14. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.15. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Comissão de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.16. Do julgamento das propostas e da classificação, será dada ciência aos licitantes para apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no mesmo prazo.

11.17. Transcorrido o prazo recursal, sem interposição de recurso, ou decididos os recursos interpostos, a Comissão de Licitação encaminhará o procedimento licitatório para homologação do resultado do certame pela autoridade competente e, após, adjudicação do objeto licitado ao licitante vencedor.

11.18. A intimação do resultado final do julgamento das propostas será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos dos licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

11.19. O resultado do certame será divulgado no **Diário Oficial da União**.

## **12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

12.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de licitantes e julgamento das propostas observará o disposto no art. 109, § 4º, da Lei 8.666, de 1993.

12.2. Após cada fase da licitação, os autos do processo ficarão com vista franqueada aos interessados, pelo prazo necessário à interposição de recursos.

12.3. O recurso da decisão que habilitar ou inhabilitar licitantes e que julgar as propostas terá efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir aos demais recursos interpostos, eficácia suspensiva.



12.4. Os recursos deverão ser encaminhados para a **Divisão de Obtenção** instalada no endereço **Avenida Olavo Fontoura, n.º 1.200 A, Santana, São Paulo - SP**.

12.5. O recurso será dirigido ao **Ordenador de Despesas**, por intermédio do Presidente da Comissão de Licitação, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

### **13. DO CADASTRO TÉCNICO DE FORNECEDORES (CADTEC)**

13.1. Como condição para contratação junto ao Comando da Aeronáutica, a futura contratada, bem como suas filias, se for o caso, deverão ser cadastradas no CADTEC (Cadastro Técnico de Fornecedores do COMAER), conforme Portaria nº 1.526/GC6/2014 (Art. 5º, inc. IV) – ANEXO VIII.

13.2. As orientações para a realização do Cadastro serão disponibilizadas no sítio eletrônico do CELOG ([www.celog.aer.mil.br](http://www.celog.aer.mil.br)) e SEFA ([www.sefa.aer.mil.br](http://www.sefa.aer.mil.br)). Eventuais dúvidas poderão ser sanadas através do email [cadtec@celog.aer.mil.br](mailto:cadtec@celog.aer.mil.br) ou Fax nº (11) 2223.9323 (A/C Coronel Alexandre – Presidente da Comissão de Cadastramento).

### **14. DO TERMO DE CONTRATO**

14.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, deverá ser firmado Termo de Contrato, prorrogável na forma dos arts. 57, § 1º e 79, §5º da Lei nº 8.666/93.

14.1.1. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

14.1.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento;

14.1.3. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.



14.2. Antes da assinatura do Termo de Contrato, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, ao CADTEC e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados - CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo. Tão-somente a inscrição no CADIN não determina a impossibilidade de contratar.

14.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF/ou CADTEC, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.3. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante para celebrar o ajuste, desde que respeitadas a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e demais normas legais pertinentes.

## **15. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

15.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no RTL – Requisitos Técnicos para Licitação, e os critérios de fiscalização estão previstos no Instrumento Contratual.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

16.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas neste Edital e seus anexos, na proposta apresentada e no Instrumento do Contrato e seus anexos.

## **17. DAS HIPÓTESES DE RESCISÃO CONTRATUAL**

17.1. As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de Contrato, nos termos dos artigos 78 a 80 da Lei n. 8.666, de 1993.

17.2. O termo de rescisão deverá indicar, conforme o caso:

17.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.2.3. Indenizações e multas.

## **18. DO PAGAMENTO**



18.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

18.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e ao CADTEC para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.7. Constatando-se, junto ao SICAF e/ou CADTEC, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e/ou ao CADTEC.

18.11. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da



contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAFé/ou ao CADTEC.

18.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

18.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

365

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

## 19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta.

19.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

19.2.2. Multa de Mora:



19.2.2.1. o atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro por até 90 (noventa) dias implicará multa de mora de 0,05% (cinco décimos por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, por dia corrido de atraso;

19.2.2.2. acima de 90 dia de atraso, será aplicada a multa de mora fixa de 10% (dez por cento) do valor da fase, etapa ou parcela do serviço;

19.2.2.3. a aplicação de multa de mora poderá, nos termos do instrumento convocatório ou do contrato, ser concomitante com as multas por inexecução total ou parcial do contrato ou com as outras sanções de que trata o art. 87 da Lei nº 8.666/93; e

19.2.2.4. a Administração, considerando a conveniência e a oportunidade, poderá rescindir o contrato ou anular a Nota de Empenho, em virtude de atraso superior a 90 (noventa) dias corridos.

19.2.3. Por inexecução total ou parcial do objeto contratado:

19.2.3.1. poderá ser aplicada multa por inexecução parcial do ajuste no valor de 0,02 (dois décimos por cento) do valor do Contrato, caso a Contratada descumpra qualquer condição ajustada no contrato;

19.2.3.2. quando a Contratada der causa a rescisão, será aplicada a multa por inexecução total do ajuste de 10% (dez por cento) do valor atualizado do contrato, sem prejuízo de multa de mora ou das demais sanções de que trata o art. 87 da Lei nº 8.666/93; e

19.2.3.3. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

19.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

19.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

19.4. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

19.5. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

19.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.



19.7. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

19.7.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.7.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.7.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.10.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.11. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## 20. DA IMPUGNAÇÃO

20.1. Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante esta Administração, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, pelas falhas ou irregularidades que viciariam este Edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

20.2. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

20.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666, de 1993, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e



responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

20.4. A impugnação poderá ser realizada por petição protocolada no endereço **Av. Olavo Fontoura, 1200 – A, Santana, São Paulo - SP, Gestor de Licitações.**

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.2. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.4. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

21.5. Qualquer modificação no instrumento convocatório exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

21.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.7. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

21.8. As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.9. Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra deste Edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos do artigo 32, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.



- 21.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 21.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 21.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus Anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 21.13. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições da Lei n. 8.666, de 1993, e demais diplomas legais eventualmente aplicáveis.
- 21.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço **Av. Olavo Fontoura, 1200 – A, Santana, São Paulo - SP**, nos dias úteis, no horário das 09 horas às 15 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 21.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Seção Judiciária de **São Paulo**- Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro.
- 21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 21.16.1. ANEXO I - Objeto (Requisitos Técnicos de Licitação – RTL e Desenhos);
  - 21.16.2. ANEXO II - Modelo de declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
  - 21.16.3. ANEXO III - Modelo de declaração relativa à proibição do trabalho do menor (Lei nº 9.854/99);
  - 21.16.4. ANEXO IV - Modelo de declaração de microempresa, de empresa de pequeno porte, ou de cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007;
  - 21.16.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta, de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
  - 21.16.6. ANEXO VI - Termo de compromisso de manutenção de sigilo – TCMS;
  - 21.16.7. ANEXO VII - Minuta do Contrato;
  - 21.16.8. ANEXO VIII – Portaria nº 1.526/GC6/2014 – CADTEC; e
  - 21.16.9. ANEXO IX -Modelo de Declaração de Ciência da Necessidade de Cadastramento no CADTEC para Efetivação da Contratação.



Elaborado por:	Conferido por:
MARIO JOSÉ CARVALHO DO <b>AMARAL</b> 1º Ten Int Chefe da OPIP 2	PAULO HENRIQUE <b>SCHEICHER</b> Cel Int R1 Agente de Controle Interno



**ANEXO I****OBJETO**

ITEM	REQUISIÇÃO	NOMENCLATURA	DCN (*)	QTDE	VALOR UNIT ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	AFH163001A7	CONJUNTO DE PINO	DCN4-10223	100	R\$ 188,61	R\$ 18.861,00
2	AFH191001A7	PARAFUSO COM ROSCA RESSALTADA, APLICADO CONJUNTO CUBO DE RODA TREM DE POUSO PRINCIPAL ANV: A7/C-95.	DCN3-11199	240	R\$ 131,58	R\$ 31.579,20
3	LSI056112T1	BUCHA DE LUVA	DCN3-10793	20	R\$ 498,09	R\$ 9.961,80
4	LSI056118T1	ANEL DE VEDAÇÃO	DCN4-2017	200	R\$ 22,28	R\$ 4.456,00
5	LSI056179T9	CALOTA	DCN3-10418-8	50	R\$ 254,37	R\$ 12.718,50
6	LSI062195SS	FACA/FACÃO	DCN3-4120-4-3	371	R\$ 141,35	R\$ 52.440,85
7	LSI062196SS	SACO DE ENJOO	DCN3-8456	20000	R\$ 0,74	R\$ 14.800,00
8	LSI120095T9	SWITCH, LOCK (CONTATO ELÉTRICO)	DCN3-9672	100	R\$ 160,23	R\$ 16.023,00
9	LSI133007SS	ETIQUETA OXIGENIO	DCN4-3316	1000	R\$ 12,51	R\$ 12.510,00
10	SPI077014GS	TUBO PLÁSTICO, INCOLOR, DIA EXTERNO 0,300 IN (7,6MM), MATERIAL CLORETO DE POLIVINILA (PVC), FLEXIVEL	DCN4-7401	5000	R\$ 1,24	R\$ 6.200,00
11	LSI056114T1	CONJUNTO DE SEGURANÇA DA GARRAFA DE OXIGENIO	DCN3-7696	40	R\$ 267,17	R\$ 10.686,80
12	LSI056117T1	ARRUELA DE ACABAMENTO	DCN4-1160	415	R\$ 10,85	R\$ 4.502,75
13	LSI056181T9	MOLA	DCN3-10265	50	R\$ 55,44	R\$ 2.772,00
14	LSI056187T9	PINO DE AÇO, APLICADO ANTI-SHIMMY	DCN4-11069-1-7	100	R\$ 28,41	R\$ 2.841,00
15	LSI056189T9	SAPATA FIXA	DCN2-10393	30	R\$ 176,47	R\$ 5.294,10
16	LSI061072SS	COLETE REFLETIVO	DCN3-6862	83	R\$ 28,06	R\$ 2.328,98
17	LSI061073SS	REDE DE PROTEÇÃO PARA CILINDRO EM ALUMÍNIO, COR AMARELA	DCN4-8427	43	R\$ 37,22	R\$ 1.600,46
18	LSI061091SS	BATERIA ALCALINA6 VOLTS REF RAYOVAC 941	DCN4-8432	328	R\$ 26,39	R\$ 8.655,92
19	LSI061092SS	CADARÇO DE NYLON TUBULAR, COR AZUL, FECHADO, LARG 48MM, FORNECIMENTO METRO LINEAR, APL C-95	DCN4-7022	1200	R\$ 4,97	R\$ 5.964,00
20	LSI062167T9	TERMOPAR	DCN3-5454	60	R\$ 539,62	R\$ 32.377,20



21	GLI157001F4	CONJUNTO DA TAMPA	DCN2-10749	22	R\$ 3.694,60	R\$ 81.281,20
22	AFI021003A7	DISCO BRUTO, DISCO DE FREIO	DCN1-1334	300	R\$ 2.589,89	R\$ 776.967,00
23	LSI131069T9	ARRUELA	DCN4-10655	400	R\$ 18,52	R\$ 7.408,00
24	LSI056188T9	TERMÔMETRO	DCN3-5257	30	R\$ 680,00	R\$ 20.400,00
25	AFI089004A7	ANEL	DCN4-9917	100	R\$ 43,71	R\$ 4.371,00
26	LSF076001T9	AERODUTO	DCN3-11115	100	R\$ 34,68	R\$ 3.468,00
27	LSJ214001T1	GUINHOL	DCN1-11414	20	R\$ 3.385,89	R\$ 67.717,80
28	SPJ168002H2	ARRUELA FRENO	DCN4-7737	100	R\$ 55,31	R\$ 5.531,00
29	SPH322001F5	TUBO METÁLICO	DCN3-11400	10	R\$ 1.948,64	R\$ 19.486,40
30	LSI056069U8	ANEL DE VEDAÇÃO	DCN4-2445	50	R\$ 67,20	R\$ 3.360,00
31	LSI247068T9	PASTILHA DE FREIO	DCN3-5174	1033	R\$ 92,38	R\$ 95.428,54
				<b>TOTAL ESTIMADO:</b>		<b>R\$ 1.341.992,50</b>

**(\*) Serão disponibilizados aos licitantes, juntamente com os Requisitos Técnicos para Licitação, em mídia, quando ocorrer à publicação do Edital.**



## **ANEXO II**

### **DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

Declaramos sob penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data.

---

Assinatura e carimbo  
(representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NA LEI Nº 9.854/99

A empresa....., inscrita no CNPJ n.º ....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)..... portador (a) da Carteira de Identidade n.º..... e do CPF ....., **DECLARA** que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como, não emprega menor de dezesesseis anos, atendendo ao que dispõe o inc. V do Art. 27 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n.º 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com a Constituição Federal, em seu Art. 7, inciso XXXIII.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....  
( local e data)

ASSINATURA

.....  
(nome e número da Cart. de Identidade do Declarante)

Observações:

1. Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima;
2. A Declaração deve ser assinada por quem tenha poderes para representar a empresa, de acordo com o seu ato constitutivo; e
3. Poderá ser assinada por pessoa diferente daquelas constantes do ato constitutivo, desde que se faça juntar o instrumento do mandato anexo à Declaração.

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE  
PEQUENO PORTE OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ART. 34 DA LEI  
Nº 11.488, DE 2007**

\_\_\_\_\_ (*identificação do licitante*),  
inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o Sr.  
\_\_\_\_\_ (*nome do representante*), portador da Cédula de  
Identidade RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, **DECLARA**, sob  
as penas da lei, que é considerada:

☐ microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos  
da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,  
não se incluindo nas hipóteses de exclusão previstas no  
§4º do artigo 3º do mesmo diploma;

OU

☐ cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488,  
de 15 de junho de 2007;

gozando, assim, do regime diferenciado e favorecido instituído  
pela referida Lei Complementar, para fins de participação na presente licitação.

Município de \_\_\_\_\_, data de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(*assinatura do representante*)



## ANEXO V

### DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA MODELO

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no Edital da Concorrência No **003/CELOG/2016**, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da Concorrência N° **003/CELOG/2016** foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência No **003/CELOG/2016**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da Concorrência N° **003/CELOG/2016** não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência N° **003/CELOG/2016**, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência N° **003/CELOG/2016** quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência N° **003/CELOG/2016** não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da Concorrência N° **003/CELOG/2016** antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da Concorrência N° **003/CELOG/2016** não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Centro Logístico da Aeronáutica antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.



## ANEXO VI

### TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS

[Qualificação: nome, nacionalidade, CPF, identidade (nº, data e local de expedição), filiação e endereço], perante o CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA, declaro ter ciência inequívoca da legislação sobre o tratamento de informação classificada cuja divulgação possa causar risco ou dano à segurança da sociedade ou do Estado, e me comprometo a guardar o sigilo necessário, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e a:

a) tratar as informações classificadas em qualquer grau de sigilo ou os materiais de acesso restrito que me forem fornecidos pelo CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA e preservar o seu sigilo, de acordo com a legislação vigente;

b) preservar o conteúdo das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito, sem divulgá-lo a terceiros;

c) não praticar quaisquer atos que possam afetar o sigilo ou a integridade das informações classificadas em qualquer grau de sigilo, ou dos materiais de acesso restrito; e

d) não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo: (i) informações classificadas em qualquer grau de sigilo; (ii) informações relativas aos materiais de acesso restrito do CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA, salvo autorização da autoridade competente.

Declaro que recebi o Edital de Concorrência nº 003/CELOG/2016 e Anexos, e por estar de acordo com o presente Termo, o assino na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2016.

\_\_\_\_\_  
Signatário

[Duas testemunhas identificadas]



**MINUTA**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**

**CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**

**ANEXO VII**

**CONTRATO Nº 0XX/CELOG/2016**



**EMPRESA**

**PAG 67101.003032/2015-94**

**CONTRATO Nº 0XX/CELOG/2016**



## ÍNDICE

<b>1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.....</b>	<b>4</b>
<b>3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO .....</b>	<b>4</b>
<b>4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....</b>	<b>4</b>
<b>5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.....</b>	<b>4</b>
<b>6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE .....</b>	<b>4</b>
<b>7. CLÁUSULA SÉTIMA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO .....</b>	<b>4</b>
<b>8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.....</b>	<b>5</b>
<b>10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA .....</b>	<b>6</b>
<b>12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS .....</b>	<b>6</b>
<b>13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.....</b>	<b>9</b>
<b>15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.....</b>	<b>9</b>

## ANEXOS

**ANEXO I – REQUISITOS TÉCNICOS DE LICITAÇÃO (RTL)**

**ANEXO II – DESENHOS (DCN)**

**ANEXO III – PROPOSTA DA CONTRATADA**

**ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**



## TERMO DE CONTRATO

### COMPRA

#### TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº CELOG/2016, QUE FAZEM ENTRE SI O CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA E A EMPRESA .....

O **CENTRO LOGÍSTICO DA AERONÁUTICA**, com sede na **Avenida Olavo Fontoura, n.º 1.200A, Santana, São Paulo-SP**, inscrito (a) no CNPJ sob o nº **00.394.429/0116-50**, neste ato representado pelo **Brig Ar ANDRÉ LUIZ FONSECA E SILVA**, nomeado pelo **Decreto de 27 de março de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº xxx, de xx de março de 2015, e em conformidade com o Boletim Interno Nº xx/CELOG, de xx de abril de 2015**, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 67101.003032/2015-94 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência 003/CELOG/2016, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO


1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de **a aquisição de material aeronáutico para nacionalização e ressuprimento**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital da Concorrência identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR (R\$)
1	XXXX	XXXX	UN	XX	XXXXX
2	XXXX	XXXX	UN	XX	XXXXX

Assinado digitalmente por ANDRÉ LUIZ FONSECA E SILVA

ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://adoc.aer.mil.br/adoc>,  
informando o código: QVTBYBBX.E77OTDXY.ZY4WPVKE.2BXWQDRU



...	XXXX	XXXX	UN	XX	XXXXX
-----	------	------	----	----	-------

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de **12 (doze) meses, e seu prazo de execução é de 9 (nove) meses**, ambos contados da sua assinatura, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ .....(.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2016, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: **00001/120071**

Fonte: **0100000000**

Programa de Trabalho: **060491**

Elemento de Despesa: **339030**

PI: **A0000340100**

<u>EMPENHO</u>	<u>DATA</u>	<u>GESTÃO</u>	<u>PTRES</u>	<u>PROGRAMA DE TRABALHO</u>	<u>NATUREZA DA DESPESA</u>	<u>VALOR R\$</u>
XXXXXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXX	XXXXX	XXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXXXXX	XXXXXXX
					<b><u>TOTAL (R\$)</u></b>	<b><u>XXXXXXXXX</u></b>

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital.

## 6. CLÁUSULA SEXTA– REAJUSTE

6.1. O preço contratado é fixo e irrevogável.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA- ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

7.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas nos **Requisitos Técnicos de Licitação – RTL**.

Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ FONSECA E SILVA  
ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://adoc.aer.mil.br/adoc>,  
informando o código: QVTBYBBX.E77OTDXY.ZY4WPVKE.2BXWQDRU



## **8. CLAÚSULA OITAVA - FISCALIZAÇÃO**

8.1. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.3. A fiscalização efetuará a avaliação de desempenho do fornecedor e o registro de aplicação de sanções administrativas de acordo com o disposto na Portaria nº 1.526/GC6 de 12 de setembro de 2014, que criou o Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC).

8.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. Além das obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA constantes dos Requisitos Técnicos de Licitação – RTL, a CONTRATADA também se compromete:

9.1.1. Manter sigilo relativo ao objeto e sua execução;

9.1.2. Possibilitar alteração do objeto para inclusão ou alteração de cláusula de segurança não estipulada previamente;

9.1.3. Adotar procedimentos de segurança adequados, no âmbito das atividades sob controle, para a manutenção do sigilo relativo ao objeto;

9.1.4. Identificar, para fins de concessão de credencial de segurança e assinatura do TCMS, as pessoas que poderão ter acesso a informação classificada em qualquer grau de sigilo e material de acesso restrito;

9.1.5. Receber inspeções para habilitação de segurança e sua manutenção; e

9.1.6. Responsabilizar-se em relação aos procedimentos de segurança, relativa à subcontratação, no todo ou em parte.

Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ FONSECA E SILVA  
ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://adoc.aer.mil.br/adoc>,  
informando o código: QVTBYBBX.E77OTDX.YZ4WPVKE.2BXWQDRU



## 10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.2. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica, além da regularidade fiscal e trabalhista, necessários à execução do objeto.

10.3. A subcontratada deverá aceitar avaliação técnica pelo CELOG, quanto a sua capacidade de execução do processo, conforme prevê o RTL.

10.4. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

## 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Contratada que inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação; ensejar o retardamento da execução do objeto; fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou não mantiver a proposta;

12.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2. multa:

12.2.2.1. atraso de até 30 (trinta) dias, multa de até **0,2 % (dois décimos por cento)** sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso;

12.2.2.2. atraso entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até 60º (sexagésimo) dia, multa de até **0,4% (quatro décimos por cento)** sobre o valor da obrigação, por dia corrido de atraso.

12.2.2.3. por inexecução total ou parcial do Objeto Contratado:  
ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://adoc.aer.mil.br/adoc>,  
informando o código: QVTBYBBX.E77OTDX.YZ4WPVKE.2BXWQDRU



12.2.2.3.1. poderá ser aplicada multa de até 10% (dez por cento) do valor do Contrato, quando a Contratada der causa à sua rescisão;

12.2.2.4. em se tratando de inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), aplicar-se-á multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento), de modo que o atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração contratante a promover a rescisão do contrato;

12.2.2.5. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

12.2.3. multa compensatória de até **10% (dez por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.3.1. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.4. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior;

12.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

12.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

12.5. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

12.6. Também fica sujeita às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

12.6.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.6.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;



12.6.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

12.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.9. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.9.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e/ou CADTEC.

12.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO**

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

13.2. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurado-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.5. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.5.3. Indenizações e multas.

Assinado digitalmente por ANDRE LUIZ FONSECA E SILVA  
ESTE DOCUMENTO DEVE SER AUTENTICADO NO PORTAL <https://adoc.aer.mil.br/adoc>,  
informando o código: QVTBYBBX.E77OTDX.YZ4WPVKE.2BXWQDRU



#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS.

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de São Paulo - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

São Paulo, ..... de..... de 2016.

\_\_\_\_\_  
Ordenador de Despesa

\_\_\_\_\_  
Responsável legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Elaborado por:  MARIO JOSÉ CARVALHO DO AMARAL 1º Ten Int Chefe da OPIP 2	Conferido por:  PAULO HENRIQUE SCHEICHER Cel Int R1 Agente de Controle Interno
--	--



## **ANEXO I**

### **REQUISITOS TÉCNICOS DE LICITAÇÃO (RTL)**

**(Serão juntados quando ocorrer a assinatura do Contrato)**



## **ANEXO II**

### **DESENHOS (DCN)**

**(Serão juntados quando ocorrer a assinatura do Contrato)**



### **ANEXO III**

### **PROPOSTA DA CONTRATADA**

**(Será juntada quando ocorrer a assinatura do Contrato)**



**ANEXO IV**

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

<b>ETAPA</b>	<b>ITEM</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>Prazo para Execução</b>	<b>Prazo para Pagamento (**)</b>
<b>1</b>	<b>XX</b>	Itens Aeronáuticos	xxxxxxx	(*) D + XXX	D + XXX
<b>2</b>	<b>XX</b>				
<b>3</b>	<b>XX</b>				
<b>...</b>					
		<b>TOTAL</b>	<b>xxxxxxx</b>		

\* D = dia da assinatura do Contrato.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

### **TERCEIRA PARTE**

## **ATOS DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA, DOS CHEFES E DIRETORES DOS ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA DO CMTAER**

### **SEÇÃO I - GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**

#### **1 – AFASTAMENTO DO PAÍS - AUTORIZA**

PORTARIA Nº 1.539/GC4, DE 16 DE SETEMBRO DE 2014.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 23, inciso VI, alínea "h", da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, e de conformidade com o disposto na Portaria nº 545/MD/2014, publicada no DOU nº 47, de 11 de março de 2014, e considerando o que consta do Ofício nº 210/CERNAI/19850, de 10 de setembro de 2014 (Processo nº 67600.019113/2014-02), do DECEA, resolve:

Autorizar o afastamento do País do servidor Classe IV IVANTUIL DE ANDRADE FRANCHINI (PAME-RJ/1631153) para viajar a *Washington* – Estados Unidos da América, a fim de cumprir a missão nº 257/PLAMTAX/DECEA/2014 (ÔNUS) – Realizar Missão de Acompanhamento dos Recursos Financeiros e Logísticos do SISCEAB na CABW; com início previsto para o dia 11 de outubro do corrente ano e duração de nove dias, incluindo o trânsito, fazendo jus à retribuição no exterior, conforme estabelecido na Lei nº 5.809, de 10 de outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973, alterado pelos Decretos nº 3.643, de 26 de outubro de 2000, nº 5.992, de 19 de dezembro de 2006, nº 6.258, de 19 de novembro de 2007, nº 6.576, de 25 de setembro de 2008, nº 6.907, de 21 de julho de 2009, e Aviso Interno nº 1/GC6/1, de 9 de janeiro de 2008.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da Aeronáutica

#### **2 – CADTEC - CRIA**

PORTARIA Nº 1526/GC6, DE 12 DE SETEMBRO DE 2014.

Cria o Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC), aprova a Instrução Específica de Avaliação do Desempenho de Fornecedores, no âmbito do Comando da Aeronáutica, e dá outras providências.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, de acordo com o disposto no art. 23, inciso XVI, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 34 a 36, § 2º, art. 43, § 3º, art. 115, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, art. 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 5º, inc. IV e, em especial, alínea “e”, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e considerando o que consta no Processo nº 67800.002200/2014-66, resolve:



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

## SEÇÃO I

### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Criar, no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER), o Cadastro Técnico de Fornecedores (CADTEC).

Art. 2º O CADTEC constitui-se em um registro cadastral de interessados em compor a base de informações sistematizadas com a finalidade de comprovar a regularidade fiscal e jurídica, qualificação econômico-financeira e a capacidade técnica mínima (quando for o caso) dos interessados em contratar com o Comando da Aeronáutica.

§ 1º O CADTEC tem natureza complementar ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), previsto no Decreto nº 3.722, de 9 de janeiro de 2001, que regulamenta o art. 34 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 2º Os fornecedores interessados em contratar com o COMAER deverão efetuar seu cadastro no CADTEC.

Art. 3º O CADTEC, bem como a avaliação de desempenho dos fornecedores e o registro da aplicação das sanções administrativas, será executado, no âmbito do COMAER, de acordo com o disposto nesta Portaria.

Art. 4º O CADTEC compõe-se dos seguintes registros:

- I - Fornecedores do COMAER, cadastrados no SICAF;
- II - Avaliação de Desempenho dos Fornecedores; e
- III - Aplicação de Sanções Administrativas.

Art. 5º Para efeito desta Portaria, os termos e expressões têm os seguintes significados:

I - ADMINISTRAÇÃO: para os fins do disposto nesta Portaria, considera-se o termo Administração como sendo o COMAER e não apenas a Unidade Administrativa contratante.

II - ATESTADO DE FORNECIMENTO DE BENS, DE EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA OU DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS REALIZADOS COM BOA QUALIDADE: documento emitido pelo COMAER, no qual se atesta os resultados obtidos com os bens fornecidos ou com os serviços prestados pelo fornecedor. Corresponde aos padrões de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho de acordo com o exigido no contrato ou instrumento equivalente e, ainda, com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (CONMETRO). No âmbito do COMAER, este atestado será fornecido, apenas, para os fornecedores que estiverem classificados nos níveis de qualificação denominados como Atendimento Pleno (AP) e Atendimento Satisfatório (AS), de acordo com o contido no Anexo A desta Portaria.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

**III - AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE FORNECEDORES:** processo utilizado pelo COMAER para avaliar a atuação do fornecedor quando da entrega de bens, execução de obras e serviços de engenharia, ou a prestação de serviços, definida com base em parâmetros objetivos relacionados à qualidade dos produtos adquiridos, à qualidade da entrega e à qualidade da execução das obras e serviços, e de acordo com o constante nos instrumentos contratuais.

**IV - CADASTRO TÉCNICO DE FORNECEDORES:** o CADTEC constitui o registro técnico cadastral de fornecedores, na forma definida por esta Portaria, e compõe a base de dados e informações permanentes, sistematizada e atualizada dos potenciais interessados em contratar com o Comando da Aeronáutica.

**V - CANCELAMENTO:** ato de excluir ou tornar sem efeito, temporariamente ou não, a inscrição do fornecedor no CADTEC, caso venha a se enquadrar em qualquer uma das situações descritas nos incisos de I a IV, do § 2º, do art. 33 desta Portaria.

**VI - CONTRATADA:** é a pessoa física ou jurídica signatária de instrumento contratual com a Administração Pública, na condição de fornecedora de bens, executora de obra ou prestadora de serviço.

**VII - CONTRATANTE:** é o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

**VIII - DILIGÊNCIA:** atividade destinada a buscar esclarecimentos, elucidar pontos controversos, confirmar opiniões, realizar vistorias, perícias, pesquisas, obter informações de técnicos especializados, a fim de comprovar a veracidade dos dados prestados pelo fornecedor, visando subsidiar a tomada de decisão administrativa, podendo ser realizada unilateralmente, na forma do art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/1993 ou art. 26 da Lei nº 9.784/1999.

**IX - FORNECEDOR:** é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos, prestação de serviços ou realização de obras, interessados em contratar com o COMAER.

**X - GESTOR DE CONTAS A PAGAR:** Chefe da Assessoria de Contas a Pagar.

**XI - IMPEDIMENTO:** estado do fornecedor que se acha impedido, temporariamente, de participar do CADTEC, em função de se encontrar em cumprimento de sanção ou situações previstas nos Incisos II, III, IV e V, do art. 32, ou tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

**XII - INDEFERIMENTO:** estado do fornecedor que se acha impedido, temporariamente, de participar do CADTEC, em razão do não atendimento às exigências constantes nesta Portaria para o cadastramento (art. 9º e 11 desta Portaria).

**XIII - ORDENADOR DE DESPESAS:** Agente da Administração ou Agente Público que exerce a função de direção das atividades de administração orçamentária, financeira e patrimonial na UG.

**XIV - PRÉ-QUALIFICAÇÃO:** procedimento destinado a selecionar bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecida pela Administração e fornecedores que reúnam requisitos específicos de qualificação técnica, exigidos para o fornecimento de bens ou a execução de serviços, obras ou serviços de engenharia, de acordo com a complexidade e as peculiaridades do objeto a ser contratado.

**XV - PROCESSO ADMINISTRATIVO DE GESTÃO (PAG):** consiste na reunião cronológica das peças processuais que o compõem, a partir da inicial que o originou até o índice, com todas as folhas rubricadas e numeradas em ordem crescente a partir da capa, esta com indicações relativas ao assunto, ao interessado e à data. Esse processo, assim formado, é numerado e sua tramitação pelos órgãos e repartições é anotada para que, a qualquer momento, se possa saber de seu paradeiro.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

**XVI - REGISTRO CADASTRAL:** procedimento por meio do qual os potenciais interessados em contratar com o COMAER inserem eletronicamente, para exame antecipado, a documentação constante nos artigos 9º e 11 desta Portaria, visando sua posterior participação em procedimentos licitatórios, além de prestar-se ao registro da atuação do fornecedor, com vistas a assegurar a confiabilidade de informações, o não enquadramento do mesmo no disposto no art. 5º, inc. IV, alínea “e”, da Lei nº 12.846/2013 e auxiliar no tratamento sistematizado do poder de diligência previsto no art. 43, § 3º da Lei nº 8.666/1993.

**XVII - SUSPENSÃO:** ato ou efeito de suspender, temporariamente, o fornecedor de participar do CADTEC, caso venha a se enquadrar em qualquer uma das situações descritas nos incisos de I a VI, do § 1º, do art. 33 desta Portaria.

**XVIII - UNIDADE CADASTRADORA:** Unidade Gestora Executora do COMAER responsável por receber, analisar, registrar e manter a documentação referente aos dados do fornecedor no CADTEC.

**XIX - UNIDADE GESTORA (UG):** denominação genérica de Unidade Administrativa. É a organização ou fração de organização, encarregada por atos legais, da gerência de patrimônio e de recursos creditícios e/ou financeiros a ela especificamente atribuídos.

**XX - UNIDADE GESTORA CREDORA (UG CRED):** denominação atribuída às organizações ou frações de organizações que possuem autonomia administrativa (Unidades Administrativas), mas que não executam os seus lançamentos no SIAFI, dependendo do apoio de uma UG Executora, denominada UG-Polo de digitação, para a execução de tais lançamentos.

**XXI - UNIDADE GESTORA EXECUTORA (UG EXEC):** Unidade Administrativa do COMAER que gerencia e processa recursos creditícios e/ou financeiros e realiza atos de gestão patrimonial.

**XXII - VALIDAÇÃO DO CADASTRO:** procedimento realizado pela Comissão de Cadastramento Técnico, cujo objetivo é o de confirmar os dados, previstos nos art. 9º e 11 desta Portaria, registrados eletronicamente pelo fornecedor no CADTEC, mediante confronto com a documentação comprobatória por este apresentada na Unidade Cadastradora escolhida.

## SEÇÃO II

### DO CADASTRO TÉCNICO DE FORNECEDORES DO COMAER - CADTEC

Art. 6º Os editais de licitação deverão conter cláusula obrigatória, informando às empresas licitantes que o cadastro no CADTEC é condição indispensável para a contratação com o COMAER.

Art. 7º A Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA), Órgão Central do CADTEC, publicará, anualmente, por intermédio de aviso no Diário Oficial da União (DOU) e no portal do COMAER, aviso de chamamento público para atualização e renovação dos registros existentes no CADTEC ou para o ingresso de novos interessados.

§ 1º O procedimento visando ao cadastramento técnico de fornecedores estará permanentemente aberto aos interessados, independentemente do chamamento público constante do caput do presente artigo.

§ 2º O cadastramento, bem como sua renovação, terá validade inicial de um ano, passando a vigorar a partir da validação da documentação pela Comissão de Cadastramento Técnico.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

§ 3º O prazo de validade estipulado no parágrafo anterior não alcança as certidões ou documentos com prazos de vigência próprios, cabendo ao fornecedor manter atualizados seus documentos para efeito de habilitação em processos licitatórios e nos procedimentos para dispensa ou inexigibilidade de licitação.

§ 4º Cabe ao fornecedor atualizar, permanentemente, o seu cadastro, adotando as providências necessárias para esse fim, conforme previsto no inciso XVI, art. 5º, desta Portaria.

Art. 8º O fornecedor solicitará a inclusão no CADTEC por intermédio do preenchimento dos formulários eletrônicos disponíveis no sítio institucional do COMAER na rede mundial de computadores (INTERNET).

Parágrafo Único. Os membros das Comissões de Cadastramento deverão envidar esforços para divulgar e facilitar o acesso no preenchimento dos formulários eletrônicos.

Art. 9º Para fins de validação do cadastro, o interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

I - Declaração de instalações físicas da pessoa jurídica, acompanhada de certidão imobiliária ou declaração de situação do imóvel, com registro fotográfico anexo, mencionando o endereço, a metragem quadrada de área útil e construída e se a sede é própria, alugada, cedida ou outra;

II - Alvará de funcionamento;

III - Relação das equipes técnica e administrativa da empresa, com a indicação do responsável técnico;

IV - Indicação do aparelhamento técnico adequado e disponível, relacionando as máquinas, softwares e equipamentos essenciais para a prestação dos serviços, realização de obras, serviços de engenharia ou fornecimentos, ou, ainda, declaração de sua disponibilidade, no momento da assinatura do contrato;

V - Registro na Agência Reguladora competente, quando exigível por lei;

VI - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial do domicílio da pessoa física, emitida em até noventa dias da data de solicitação do cadastro;

VII - Atestado ou certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, ou, ainda, por pessoa física, de fornecimento de bens ou prestação de serviço;

VIII - Atestado ou Certidão emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado ou, ainda, por pessoa física devidamente registrada na entidade profissional competente, para execução de obras, serviços de engenharia ou prestação de serviços; e

IX - relação de contatos com a empresa (telefone fixo e celular, fac-símile, endereço eletrônico, dentre outros).

§ 1º Cabe ao fornecedor, quando possuir mais de um estabelecimento, definir qual deles será o objeto de apresentação da documentação necessária para a validação do cadastro, junto à Unidade Cadastradora escolhida.

§ 2º A efetivação do cadastramento realizar-se-á quando da validação pela Unidade Cadastradora dos documentos comprobatórios, relacionados nos art. 9º e 11 desta Portaria, disponível no sítio institucional do COMAER na rede mundial de computadores.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

§ 3º No caso da documentação apresentada pelo fornecedor estar incompleta ou em desconformidade com o previsto nesta Portaria, a Unidade Cadastradora indeferirá o pedido, comunicando os motivos ao interessado de forma expressa, por meio de correspondência, preferencialmente eletrônica, ou via postal com aviso de recebimento (AR). Em caso de insucesso nas comunicações anteriores, o indeferimento será publicado no Diário Oficial da União.

§ 4º O documento referido no inciso I deve conter informações compatíveis com o do inciso II.

§ 5º Cabe ao fornecedor demonstrar perante a Comissão de Cadastramento as excepcionalidades em que se enquadra.

Art. 10. As Unidades Cadastradoras são as Unidades Gestoras Executoras do COMAER estabelecidas em Portaria do Comandante da Aeronáutica, divulgada no sítio institucional do COMAER, na rede mundial de computadores.

§ 1º As Unidades Cadastradoras deverão disponibilizar, no sítio institucional do COMAER, seus dados cadastrais atualizados relativamente à denominação, endereço, telefone, fac-símile, endereço eletrônico e horário de funcionamento.

§ 2º O fornecedor poderá solicitar, a qualquer tempo, transferência de Unidade Cadastradora.

§ 3º Caberá à nova Unidade Cadastradora efetuar a transferência, *on line*, no CADTEC, sendo responsável pela exclusiva recepção, conferência e registro dos dados.

§ 4º A nova Unidade Cadastradora deverá informar a anterior sobre a transferência a que se refere o parágrafo anterior.

§ 5º Cabe aos Órgãos de Direção-Geral, de Direção Setorial, de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica (ODGSA), no âmbito de suas respectivas competências, a indicação das Unidades Gestoras Executoras que serão designadas como Unidades Cadastradoras.

Art. 11. Serão, ainda, apresentadas pelo interessado as certidões negativas das seguintes consultas, com a finalidade de validação do cadastro:

I - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN);

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS);

III - Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos (CADICON);

IV - Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para verificar eventual condenação cível, da empresa ou de seus sócios, por ato de improbidade administrativa consistente em proibição de contratar com a União;

V - Cadastro da Justiça do Trabalho quanto à existência de débitos inadimplidos, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

VI - Portal do Tribunal de Contas da União (TCU), para verificação das licitantes consideradas inidôneas por aquela Corte de Contas, de acordo com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.443/1992;

VII - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), de acordo com o disposto no art. 22 da Lei nº 12.846/2013; e

VIII - suplementarmente poderão, ainda, ser consultados outros cadastros supervisionados pelo Poder Público.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

Art. 12. Os documentos relacionados nos art. 9º e 11, para fins de inclusão, retificação, atualização ou renovação, poderão ser apresentados por qualquer uma das seguintes formas:

- I - original;
- II - cópia autenticada por cartório competente;
- III - cópia a ser autenticada por membro da Comissão de Cadastramento Técnico;
- IV - cópia da publicação em órgão da imprensa oficial; e
- V - via eletrônica, nos sítios oficiais de qualquer esfera do governo.

§ 1º Os supracitados documentos deverão ser apresentados às Comissões de Cadastramento sem emendas, rasuras, borrões ou entrelinhas e numerados na ordem constante na página eletrônica do sistema.

§ 2º Os pedidos de retificação, alteração, atualização ou renovação dos documentos relativos ao CADTEC terão prioridade em relação aos pedidos de cadastramento.

§ 3º As solicitações de retificação, alteração, atualização ou renovação de dados cadastrais no CADTEC, serão realizadas somente pela Unidade Cadastradora escolhida pelo fornecedor.

§ 4º As cópias autenticadas por membro da Comissão de Cadastramento ou por cartório competente ficarão retidas na Unidade Cadastradora.

§ 5º A Administração regulamentará a sistematização do processo de digitalização, certificação e compartilhamento das informações, por meio de instrumento normativo específico.

Art. 13. É de responsabilidade exclusiva do fornecedor cadastrado a manutenção da exatidão e atualização dos documentos relacionados ao CADTEC, devendo providenciar a correção ou atualização, tão logo identifique os documentos incorretos ou desatualizados.

Art. 14. A inclusão do fornecedor no CADTEC ocorrerá a partir da validação de seu cadastro pela Unidade Cadastradora escolhida.

Art. 15. A Unidade Cadastradora, por meio da Comissão de Cadastramento, poderá realizar diligências, inclusive nas instalações do fornecedor interessado para avaliação de sua capacidade técnica.

Art. 16. No caso de constatação de irregularidades, em decorrência do disposto no artigo anterior, a Unidade Cadastradora notificará o fornecedor para apresentar esclarecimentos, informações complementares ou correção dos dados em até 30 (trinta) dias, na seguinte ordem de preferência:

- I - por meio de correspondência eletrônica;
- II - por via postal, com aviso de recebimento (AR); ou
- III - mediante publicação no Diário Oficial da União, em caso de insucesso nas comunicações anteriores.

§ 1º Não sendo sanada a irregularidade após o prazo da notificação, o pedido de cadastramento ou de recadastramento será, respectivamente, indeferido ou suspenso, cabendo recurso contra esse ato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da ciência do indeferimento ou suspensão do pedido.

§ 2º Mantido o indeferimento do pedido, a documentação ficará à disposição do fornecedor pelo prazo de 30 (trinta) dias, após o qual será inutilizada.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

### SEÇÃO III

#### DO CADASTRO TÉCNICO PARA A PRÉ-QUALIFICAÇÃO

Art. 17. O COMAER poderá promover a pré-qualificação de licitantes, para a contratação de obras e serviços de engenharia, ou de objetos de alta complexidade, cujo valor estimado de contratação seja igual ou superior ao limite estabelecido na alínea b, dos incisos I e II do art. 23 da Lei nº 8.666/1993.

Parágrafo Único. Na pré-qualificação serão observadas as exigências contidas no § 2º, do art. 114 da Lei nº 8.666/1993, bem como aquelas relativas ao cadastramento de fornecedores no CADTEC.

Art. 18. Conforme disposto no art. 17, a Administração poderá promover a pré-qualificação destinada a identificar:

I - fornecedores que reúnam condições de qualificação técnica exigidas para o fornecimento de bem ou a execução de serviço, obra ou serviço de engenharia nos prazos, locais e condições previamente estabelecidos em ato convocatório; e

II - bens que atendam às exigências técnicas e de qualidade estabelecida pela Administração.

§ 1º A pré-qualificação poderá ser parcial ou total, contendo alguns ou todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação, assegurada, em qualquer hipótese, a igualdade de condições entre os concorrentes.

§ 2º A pré-qualificação de que trata o inciso I do art. 18 poderá ser efetuada por grupos ou segmentos de objetos a serem contratados, segundo as especialidades dos fornecedores.

Art. 19. A pré-qualificação terá validade máxima de um ano, podendo ser prorrogada ou atualizada a qualquer tempo.

§ 1º A pré-qualificação de bens deverá considerar, para definição do prazo de validade, ainda, a periodicidade para sua obsolescência.

Art. 20. Sempre que a Administração entender conveniente iniciar procedimento de pré-qualificação de fornecedores ou bens deverá convocar os interessados para que demonstrem o cumprimento das exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

§ 1º A convocação de que trata o caput deste artigo será realizada mediante:

I - publicação de extrato do instrumento convocatório no Diário Oficial da União (DOU), sem prejuízo da possibilidade de publicação de extrato em jornal diário de grande circulação; e

II - divulgação em sítio eletrônico do COMPRASNET e no sítio eletrônico do COMAER.

§ 2º O ato convocatório explicitará as exigências de qualificação técnica ou de aceitação de bens, conforme o caso.

Art. 21. Será fornecido certificado aos pré-qualificados, renovável sempre que o registro for atualizado.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

Art. 22. Caberá recurso, no prazo de cinco dias úteis contados a partir da data da notificação, do ato que indeferiu o pedido de pré-qualificação de interessados, observados os prazos legais.

Parágrafo Único. O fornecedor que se julgar prejudicado pelo deferimento de outrem poderá interpor recurso no prazo previsto no caput.

Art. 23. A Administração poderá realizar licitação restrita aos pré-qualificados, justificadamente, desde que:

I - a convocação para a pré-qualificação discrimine que as futuras licitações serão restritas aos pré-qualificados;

II - na convocação a que se refere o inciso I do caput conste estimativa de quantitativos mínimos que a administração pública pretende adquirir ou contratar nos próximos doze meses e de prazos para publicação do edital; e

III - a pré-qualificação seja total, contendo todos os requisitos de habilitação técnica necessários à contratação.

§ 1º O registro cadastral de pré-qualificados deverá ser amplamente divulgado.

§ 2º Só poderão participar da licitação restrita aos pré-qualificados os licitantes que, na data da publicação do respectivo instrumento convocatório já tenham apresentado a documentação exigida para a pré-qualificação.

§ 3º No caso de realização de licitação restrita, a Administração enviará convite por meio eletrônico a todos os pré-qualificados no respectivo segmento.

§ 4º O convite de que trata o § 3º não exclui a obrigação de atendimento aos requisitos de publicidade do instrumento convocatório.

## SEÇÃO IV

### DA COMISSÃO DE CADASTRAMENTO

Art. 24. Os pedidos de cadastramento técnico de fornecedores, assim como sua alteração ou cancelamento, serão processados e julgados por Comissão de Cadastramento composta por, no mínimo, 3 (três) membros, sendo, pelo menos 2 (dois) deles, servidores/militares qualificados e pertencentes aos quadros da Unidade Cadastradora.

§ 1º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição no cadastro técnico, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais habilitados, no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 2º Os membros das Comissões de Cadastramento responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 3º A designação dos membros das Comissões de Cadastramento não excederá a 2 (dois) anos, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

Art. 25. Compete à Comissão de Cadastramento Técnico:



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

I - analisar os dados e documentos apresentados quanto à validade, à autenticidade e à veracidade das informações, e, com base nesse exame, deferindo ou indeferindo os pedidos de inscrição, alteração, atualização e/ou cancelamento do registro cadastral;

II - notificar o fornecedor, preferencialmente, por meio eletrônico, sobre qualquer irregularidade na documentação de instrução dos pedidos de inscrição, alteração, atualização e cancelamento do registro cadastral;

III - receber recursos interpostos pelos fornecedores relativos a pedidos de inscrição, alteração, atualização e/ou cancelamento do registro cadastral e encaminhá-los à autoridade superior;

IV - inutilizar a documentação apresentada pelo interessado, cujo registro foi indeferido, ou aquela cuja irregularidade apontada não tenha sido sanada, observado o prazo estipulado no § 2º do art. 16;

V - manter arquivo do processo de registro do cadastramento técnico;

VI - propor o cancelamento ou a suspensão do registro no cadastramento técnico nas hipóteses previstas no art. 33;

VII - praticar outros atos necessários e inerentes ao processamento do registro no cadastramento técnico;

VIII - encaminhar à SEFA, para análise e posterior deliberação, eventuais pedidos de esclarecimento formulado pela imprensa; e

IX - validar a inclusão do cadastro técnico do fornecedor e de seus representantes.

§ 1º Dos procedimentos relativos ao cadastramento, sua retificação, alteração, renovação ou atualização, ou qualquer outro procedimento, obriga-se à Comissão de Cadastramento a emitir declaração mediante recibo emitido por módulo específico do CADTEC.

§ 2º A observância quanto à validade e à veracidade das informações inseridas no CADTEC são de responsabilidade da Comissão de Cadastramento, cumprindo-lhe responder pelas incorreções, insubsistências e, inclusive, pela apuração administrativa das inconsistências encontradas nos registros cadastrais por ela validados, salvo quando as informações forem obtidas por meio de integração de sistemas corporativos governamentais.

Art. 26. Compete ao Presidente da Comissão de Cadastramento Técnico, sem prejuízo do disposto no art. 25, zelar pela qualidade dos trabalhos e pelo bom atendimento ao público.

Art. 27. A Comissão de Cadastramento Técnico realizará, sempre que julgado conveniente e oportuno pela Administração, diligência destinada a esclarecer ou a complementar informação relacionada ao CADTEC.

Art. 28. Dentre as ações de diligência a serem desenvolvidas pela Comissão de Cadastramento cabe, em especial, avaliar a existência física e a situação operacional do fornecedor por meio das seguintes análises:

I - no Domicílio do Fornecedor:

a) o endereço indicado nos documentos apresentados para cadastramento, a fim de atestar sua existência física;

b) estrutura administrativa e a sua capacidade operacional;

c) no caso de inexistência de local físico, tal fato deverá ser registrado, inclusive por meio de fotos e entrevistas com moradores da localidade; e

d) tipo de alvará do fornecedor, se de referência ou de funcionamento.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

II - perante a Junta Comercial do Estado:

a) o extrato da situação jurídica da empresa, com as alterações de sócios, de endereço e de área de atuação, a fim de conhecer a regularidade de sua constituição e funcionamento.

III - nas Receitas Federal, Estadual, Municipal ou Distrital:

a) verificar a data da inscrição do fornecedor nos respectivos cadastros e a situação do seu funcionamento no período de cadastramento.

§ 1º Quando for veiculada pela imprensa notícia depreciativa de cadastrado ou pré-qualificado, deverão ser realizadas as averiguações pertinentes ao fornecedor envolvido e, quando julgado necessário, informado à SEFA para coordenação de ações visando apurar os fatos e tomar eventuais providências administrativas;

§ 2º São admissíveis todos os meios previstos em lei para documentar as diligências. No caso de gravação sonora ou em vídeo, o interlocutor deve ser previamente informado, salvo se a gravação tiver por objetivo flagrar ato ilícito pretendido ou praticado por ele.

## SEÇÃO V

### DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS FORNECEDORES

Art. 29. O registro do desempenho dos fornecedores será realizado pelas Unidades Gestoras do COMAER, no módulo do CADTEC destinado a esse fim, durante a execução dos contratos e após a sua conclusão, conforme o caso.

§ 1º O referido registro será lançado em formulário específico e será constituído, no mínimo, das seguintes informações:

I - atuação quanto ao fornecimento de bens e a realização de obras e serviços;

II - falhas de cunho administrativo, comercial ou técnico, referentes à atuação da empresa, seus sócios ou prepostos;

III - penalidades previstas nos instrumentos contratuais e nesta Portaria;

IV - atendimento e qualidade de serviços de pós-venda e garantia; e

V - demais fatos atinentes à execução do contrato, considerados relevantes pela Administração.

Art. 30. Cessados os motivos que impuseram determinado impedimento, o COMAER poderá efetuar a reabilitação da empresa interessada, mediante sua solicitação, permanecendo no cadastro os registros anteriores.

Art. 31. Os parâmetros de avaliação dos fornecedores fundamentar-se-ão em critérios objetivos, na forma estabelecida em Instrução Específica constante do Anexo A da presente Portaria.

## SEÇÃO VI

### DO IMPEDIMENTO PARA O CADASTRO TÉCNICO

Art. 32. Estarão impedidas de se cadastrar ou renovar o registro cadastral as pessoas físicas e jurídicas que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

I - não atendam às exigências contidas nos artigos 9º e 11 desta Portaria; e



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

II - estejam cumprindo penalidades enquadradas em qualquer uma das situações a seguir:

- a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos (art. 87, inc. III, da Lei nº 8.666/1993);
- b) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos (art. 88, inc. I, da Lei nº 8.666/1993);
- c) tenham incorrido nas situações previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002;
- d) tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública; e
- e) tenham sofrido pena de interdição temporária de direito, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605/1998.

III - estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação;

IV - tenham sido condenadas de acordo com a Lei nº 12.846/2013; e

V - outros casos regulados pelo art. 5º da Lei nº 12.813/2013.

## SEÇÃO VII

### DA SUSPENSÃO E DO CANCELAMENTO DO CADASTRO TÉCNICO

Art. 33. O registro cadastral do fornecedor poderá, conforme o caso, ser suspenso ou cancelado.

§ 1º A suspensão do registro cadastral ocorrerá sempre que estiver caracterizada uma das seguintes hipóteses:

I - ter recebido a sanção administrativa prevista no inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 ou art. 7º da Lei nº 10.520/2002;

II - avaliação com base no nível de qualificação caracterizado como Atendimento Insatisfatório (AI), conforme descrito no subitem 2.1, do Anexo A, desta Portaria;

III - prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos do cadastramento técnico ou do procedimento licitatório no âmbito do COMAER;

IV - ter sido condenado de acordo com a Lei nº 12.846/2013;

V - inexecução parcial ou total de contrato firmado com Organização do COMAER; e

VI - ter recebido a sanção administrativa prevista no inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 ou art. 46 da Lei nº 8.443/1992;

§ 2º O cancelamento do registro cadastral ocorrerá sempre que estiver caracterizada a ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - comprovação de participação de agente público na gerência, direção ou conselho de empresa cadastrada, nos termos da lei;

II - dissolução ou falência de sociedade;

III - insolvência ou falecimento do fornecedor durante a vigência do cadastro; e

IV - a pedido do próprio cadastrado.

Art. 34. São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial de obrigação contratual, dentre outras:

I - o não fornecimento de bens ou a não execução dos serviços/obras, de forma parcial ou total, conforme previsto na nota de empenho ou contrato;



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

II - o não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços, obras ou serviços de engenharia prevista em contrato ou instrumento equivalente;

III - retardamento injustificado de fornecimento ou substituição de bens, da execução de obra ou serviços de engenharia, de serviço, ou de suas parcelas;

IV - paralisação de obra ou serviço de engenharia, de serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e sem prévia comunicação ao COMAER;

V - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, com o prazo de validade expirado ou em desacordo com as condições previstas para contratação, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;

VI - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

VII - prestação de serviço que seja classificado no nível de qualificação caracterizado como Atendimento Insatisfatório (AI), conforme descrito no subitem 2.1, do Anexo A, desta Portaria; e

VIII - não assinatura de contrato decorrente de Ata de Registro de Preços nos prazos estabelecidos em edital, frustrando ou retardando o fornecimento.

Art. 35. O fornecedor poderá solicitar, a qualquer tempo, o cancelamento de seu registro no CADTEC.

§ 1º A Unidade Cadastradora encaminhará a solicitação de cancelamento cadastral do fornecedor à SEFA, caso julgue necessário, para fins de análise.

§ 2º A solicitação contida no caput deste artigo não poderá ser efetivada enquanto o fornecedor estiver no cumprimento de qualquer obrigação contratual ou sendo submetido à aplicação de sanção ou pena registrada no CADTEC.

## SEÇÃO VIII

### DOS RECURSOS

Art. 36. Dos atos praticados pela Comissão de Cadastramento Técnico cabe recurso, nos casos decorrentes de indeferimento do pedido de registro cadastral, deferimento, suspensão ou cancelamento do cadastro, que poderá ser interposto:

I - pelo próprio interessado; e

II - por terceiro, cujos direitos e interesses forem afetados pela decisão.

§ 1º Os recursos serão interpostos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da notificação, na hipótese do inciso I, ou da data da homologação do cadastro, indeferimento do pedido de registro cadastral, deferimento, suspensão ou cancelamento do cadastro, na hipótese do inciso II.

§ 2º O recurso deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão de Cadastramento Técnico que, em deliberação colegiada, poderá reconsiderar ou manter a decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da petição.

§ 3º Caso haja a manutenção da decisão pela Comissão de Cadastramento Técnico, o processo será encaminhado à autoridade superior, que terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento, para proferir a decisão final.

§ 4º Mantido o indeferimento no julgamento do recurso, a documentação ficará à disposição do fornecedor ou daquele que recorreu pelo prazo de 30 (trinta) dias, após o qual será inutilizada.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

## SEÇÃO IX

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37. Nos casos em que o licitante homologado não estiver inscrito no CADTEC, o seu cadastramento deverá ser obrigatoriamente formalizado junto à Unidade Cadastradora por ele escolhida, previamente à contratação.

Art. 38. As empresas estrangeiras, que não funcionem no País, por não estarem cadastradas no SICAF, terão inseridas no CADTEC apenas as suas informações cadastrais, no que couber, e a avaliação geral do seu desempenho como fornecedor, conforme o item 2.1 do Anexo A, desta Portaria.

Parágrafo Único. Caso a UG EXEC esteja realizando licitação com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID ou Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, caberá, neste caso, à UG promotora do certame, primeiramente, o cadastro dos fornecedores estrangeiros interessados de participarem do procedimento licitatório no SICAF e, em seguida, o seu cadastro no CADTEC.

Art. 39. Sempre que a soma do valor das contratações de determinado fornecedor com o COMAER, no mesmo exercício financeiro, for igual ou superior a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) deverá ser realizada diligência no contratado, cabendo à UG EXEC, que ultrapassou o valor supracitado, realizá-la.

Art. 40. O Ordenador de Despesas, mediante proposta justificada pelo Presidente da Comissão Especial ou Permanente de Licitações ou do Pregoeiro poderá solicitar o auxílio da Comissão de Cadastramento, de profissional de outra organização do COMAER ou de assessoria externa para a realização de diligências.

Art. 41. Cabe à Unidade responsável pela diligência registrar, de imediato, o seu resultado no CADTEC, evitando-se a realização, por outra Organização, de nova averiguação com a mesma finalidade.

Art. 42. Previamente à contratação, à emissão de nota de empenho e a cada pagamento ao fornecedor, a Unidade Gestora Executora do contrato deverá realizar consulta ao CADTEC, a fim de verificar a manutenção das condições de cadastramento e a possível proibição de contratar com o COMAER, anexando ao PAG, a consulta realizada.

Parágrafo Único. A consulta a que se refere o caput não isenta a Unidade Gestora de realizar as necessárias consultas aos cadastros previstos no art. 11, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e confirmar a condição de habilitação da contratada.

Art. 43. Os dados de um fornecedor não podem ser repassados ou entregues a outro, nem a órgãos que não sejam usuários do CADTEC, sob pena de responsabilidade funcional.

§ 1º Em cooperação com os órgãos de controle e arrecadação, a Unidade Cadastradora poderá, por intermédio da SEFA, enviar ou receber informações da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público Federal ou Estadual, do Tribunal de Contas de unidade federada ou de órgãos com atribuições similares nas demais esferas.



(Continuação do Boletim do Comando da Aeronáutica nº 182, de 25 SET 2014)

§ 2º Em decorrência da utilização das informações recebidas, caso o COMAER venha a adotar alguma providência em relação ao licitante ou fornecedor envolvido, este deverá ser formalmente comunicado para, se quiser, exercer seu direito de ampla defesa e contraditório.

Art. 44. Na hipótese de a regularização do fornecedor, no CADTEC, não se efetivar em razão de caso fortuito, força maior ou problema com transmissão de dados, que inviabilize o acesso ao Sistema, a Unidade Cadastradora deverá comunicar imediatamente o fato ao ODGSA a que estiver subordinado e à SEFA.

Parágrafo Único. Na ocorrência da hipótese contida no caput deste artigo, a Unidade Cadastradora do COMAER, deverá receber a documentação diretamente do interessado e efetuar seu cadastramento, tão logo a situação esteja normalizada.

Art. 45. A SEFA expedirá normas complementares a esta Portaria estabelecendo critérios e instruções relativas à fiscalização de contratos e o recebimento de bens e serviços, bem como a aplicação de sanções administrativas e outras medidas necessárias à operacionalização do CADTEC.

Art. 46. Os ODGSA, no âmbito das respectivas competências e em coordenação com a SEFA elaborarão, quando necessário, instruções suplementares a esta Portaria.

Art. 47. As empresas que, por ocasião da entrada em vigor desta Portaria, se encontrem no cumprimento de obrigações contratuais no âmbito do COMAER, terão o prazo de 60 (sessenta) dias para o cadastramento no CADTEC.

Parágrafo Único. O prazo a que se refere o caput deste artigo poderá, a critério da SEFA, ser prorrogado por igual período.

Art. 48. Esta Portaria aplica-se, no que couber, às licitações e contratações internacionais realizadas nas áreas de competência do COMGAP e do DCTA, conforme orientações específicas desses ODGSA.

Art. 49. As situações não previstas nesta Portaria serão submetidas à apreciação do Comandante da Aeronáutica, por intermédio do Secretário de Economia e Finanças da Aeronáutica.

Art. 50. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 1º de janeiro de 2015.

Ten Brig Ar JUNITI SAITO  
Comandante da Aeronáutica

Obs.: O anexo de que trata a presente Portaria encontra-se apenso a este Boletim.



## **Anexo A - Instrução Específica de Avaliação do Desempenho de Fornecedores**

### **1 DA AVALIAÇÃO**

**1.1** O desempenho de fornecedores do COMAER terá como elementos de avaliação os seguintes critérios:

**1.1.1** Comunicação; Cumprimento de prazo; Qualidade do produto/serviço; Quantidade; e Regularidade da documentação;

**1.1.2** A existência de sanções administrativas, aplicadas na forma dos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/1993, artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 e artigo 46 da Lei nº 8.443/1992, conforme o abaixo descrito:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- d) Impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até cinco anos; e
- e) Declaração de Inidoneidade para participar ou contratar com a Administração Pública, por até cinco anos.

**1.1.3** Desempenho do fornecedor no pós-entrega.

### **1.2 PARA OS FINS DESTES ANEXOS PADRONIZAM-SE AS SEGUINTE DEFINIÇÕES:**

#### **1.2.1 COMUNICAÇÃO**

Meios de contato disponibilizados pelo fornecedor para facilitar a troca de informações tais como: telefone fixo; telefone celular; fac-símile; correio eletrônico; Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC) e outros.

#### **1.2.2 CUMPRIMENTO DE PRAZO**

Período de tempo definido no instrumento convocatório ou termo de contrato para o cumprimento de obrigações contratuais tais como: prazo para a entrega do objeto contratado; para o início ou conclusão de etapas ou parcelas da obra, serviço de engenharia ou serviço; para a substituição de produtos; para a correção de serviços; para a correção de nota fiscal; e outros.

#### **1.2.3 QUALIDADE DO PRODUTO/SERVIÇO**

Atributo de um bem ou de um serviço executado no sentido de que guarde conformidade com as especificações técnicas estabelecidas no instrumento convocatório, pela Administração. Consideram-se, ainda, as condições de integridade do bem, apresentação e estado de embalagem, quando for o caso.

#### **1.2.4 QUANTIDADE**

Refere-se à quantidade prevista para a entrega de bens ou medição de serviços referentes ao termo contratual.

#### **1.2.5 REGULARIDADE DA DOCUMENTAÇÃO**

Refere-se à correção dos dados contidos na Nota Fiscal ou Fatura em relação à entrega do bem ou serviço realizado. O aceite na Nota Fiscal ou Fatura dependerá da realização dos seguintes procedimentos: verificação da conformidade dos dados do fornecedor em relação à UGE contratante; verificação da descrição do bem ou serviço em conformidade com o descrito na nota de empenho; verificação dos valores unitários e totais; verificação da quantidade constante na nota fiscal como contido



## **Continuação do Anexo A - Instrução Específica de Avaliação do Desempenho de Fornecedores**

na nota de empenho; verificação da correção de lançamento das deduções legais obrigatórias, quando for o caso; verificação da exigência de apresentação de documentos adicionais; verificação da inexistência de rasuras no documento fiscal; e outras verificações determinadas pela UGE.

### **1.2.6 ADVERTÊNCIA**

Sanção mais branda entre as estabelecidas na Lei nº 8.666/1993. Deve ser aplicada proporcionalmente às condutas de inexecução parcial de deveres de diminuta monta e inobservâncias contratuais de menor importância, que se apresentem como fato isolado, tais como quando a Contratada infringir, pela primeira vez, obrigações afetas ao atraso na entrega, substituição de bens ou de nota fiscal com incorreção, ou ainda, não cumprimento de orientações da fiscalização no prazo de até 48h.

### **1.2.7 MULTA**

Trata-se de penalidade de natureza pecuniária, que se destina a punir o contratado que deixou de cumprir suas obrigações. A sanção em tela pode assumir feição moratória ou indenizatória. A multa moratória é aplicada em razão da demora no cumprimento das obrigações contratuais, ou seja, o atraso injustificado por parte do contratado acarreta a aplicação da multa de mora. Já a multa indenizatória tem por finalidade compensar a parte prejudicada pelos danos que lhe foram causados pela inadimplência do contratado.

### **1.2.8 SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAR EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO**

A penalidade em epígrafe opera o efeito de impedir o infrator penalizado de participar de certames licitatórios, bem como contratar com a Administração, de acordo com a Lei nº 8.666/1993. A imposição desta sanção é uma providência abrangida nas atribuições de gestão do órgão contratante.

### **1.2.9 IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR COM A UNIÃO**

A penalidade em epígrafe opera o efeito de impedir o infrator penalizado de participar de Pregões, bem como contratar com a Administração, de acordo com a Lei nº 10.520/2002. A imposição desta sanção é uma providência abrangida nas atribuições de gestão do órgão contratante.

### **1.2.10 DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA PARTICIPAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Sanção aplicável ao particular, com fundamento no inc. IV, art. 87 da Lei nº 8.666/1993, tem por finalidade impedir que o particular participe de licitações ou contrate com a Administração Pública por motivo de descumprimento total ou parcial do contrato ou pela prática de conduta prevista no art. 88 da Lei nº 8.666/1993. Pode, cumulativamente, também ser aplicada pelo Tribunal de Contas da União sempre que aquela Corte de Contas comprovar a ocorrência de fraude à licitação, de acordo com o disposto no art. 46 da Lei nº 8.443/1992.

### **1.2.11 DESEMPENHO DO FORNECEDOR NO PÓS-ENTREGA**

Procedimento que tem por finalidade registrar os problemas ocorridos posteriormente à conclusão de uma contratação, detalhando o quantitativo de bens e/ou serviços que apresentaram problemas ou defeitos durante o prazo de garantia, bem como as efetivas medidas adotadas pelo fornecedor para a resolução do problema.



## 2 NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO

**2.1** Os níveis de qualificação do desempenho dos fornecedores serão enquadrados dentro dos seguintes parâmetros:

NÍVEL DE QUALIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	FAIXA
Atendimento Pleno (AP)	O fornecedor atendeu de forma plena a todas as condições e especificações do objeto contratado e aos critérios de comunicação; cumprimento de prazo; qualidade do produto/serviço; quantidade; e regularidade da documentação, sem incorrer em nenhuma sanção administrativa e cujo bem ou serviço não apresentou problemas durante ou após a conclusão do objeto contratual.	100
Atendimento Satisfatório (AS)	O fornecedor executou o objeto contratado em boas condições, todavia não atendeu plenamente a um ou mais dos seguintes critérios de avaliação: comunicação; cumprimento de prazo; qualidade do produto/serviço; quantidade; regularidade da documentação; ou incorreu em alguma sanção administrativa ou o bem ou serviço apresentou problemas após a conclusão do objeto contratual.	99 – 85
Atendimento Regular (AR)	O fornecedor atendeu o objeto contratado de forma regular, todavia não atendeu plenamente a um ou mais dos seguintes critérios de avaliação: comunicação; cumprimento de prazo; qualidade do produto/serviço; quantidade; regularidade da documentação; ou incorreu em elevado número de sanções administrativas ou o bem ou serviço apresentou problemas após a conclusão do objeto contratual.	84 – 70
Atendimento Insatisfatório (AI)	O fornecedor não executou o objeto e não apresenta condições de ser fornecedor do COMAER em virtude de ter incorrido em problemas relacionados a um ou mais dos seguintes critérios de avaliação: comunicação; cumprimento de prazo; qualidade do produto/serviço; quantidade; regularidade da documentação ou incorreu em elevado número de sanções administrativas ou o bem ou serviço apresentou problemas após a conclusão do objeto contratual.	Abaixo de 70

**2.2** A atribuição de níveis de qualificação AS, AR e AI deverá ser justificada de forma objetiva, com os devidos registros autuados ao PAG, acompanhados da documentação relativa às sanções aplicadas ou às diligências porventura adotadas.

**2.3** Para os fornecedores que vierem a se enquadrar, em especial, nos níveis de qualificação AR ou AI, a Administração da UGE deverá envidar esforços no sentido de realizar reuniões para discutir com as partes



## **Continuação do Anexo A - Instrução Específica de Avaliação do Desempenho de Fornecedores**

envolvidas as razões que estão provocando o baixo ou insuficiente desempenho, a fim de elaborar um plano de ação visando à adoção de medidas corretivas por parte dos fornecedores.

**2.4** O CADTEC emitirá informação a todas UGE do Comando da Aeronáutica sempre que um fornecedor venha a se enquadrar na condição de Atendimento Insatisfatório (AI), a fim de que as UGE redobrem a atenção na execução desse contrato.

**2.5** Cabe ressaltar que a exclusão de fornecedores de acordo com o disposto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 10.520/2002, somente poderá ocorrer mediante instauração de Processo Administrativo, no qual será assegurada a ampla defesa e o contraditório.



### **3 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO**

**3.1** A avaliação de desempenho a seguir exposta não deve ser entendida como um novo encargo para o fornecedor em relação ao cumprimento de suas obrigações contratuais, uma vez que a ele cabe satisfazer todas as obrigações estipuladas tanto no instrumento convocatório como no contrato administrativo. Tais compromissos normalmente se referem ao fornecimento do bem ou à execução do serviço conforme o especificado, devendo, ainda, atender aos critérios de comunicação, prazo, qualidade, quantidade, regularidade da documentação e ao seu desempenho após a conclusão do objeto contratado, bem como o da apresentação dos documentos preliminarmente estipulados quando do fornecimento dos bens ou execução dos serviços, serviços de engenharia ou obras.

**3.2** A avaliação de desempenho dos fornecedores será realizada por meio de registros efetuados no Relatório de Desempenho do Fornecedor, conforme modelo constante do Anexo B, onde serão lançadas as avaliações referentes aos critérios de comunicação, prazo, quantidade, qualidade e a regularidade da documentação, além das penalidades administrativas incorridas.

**3.3** Comporá, ainda, a avaliação do desempenho do fornecedor, o registro dos problemas relacionados à garantia dos produtos entregues ou serviços executados relacionados a cada contratação específica, a qual se denominará como Pós-Entrega (PE). Esta avaliação será representada por uma nota negativa cujo valor estará diretamente vinculado ao quantitativo de bens ou serviços que apresentaram problemas, e ao prazo estipulado pela Administração para a sua resolução, pelo fornecedor, a partir da data do recebimento da comunicação expedida pela Administração da Organização Militar. Os registros referentes aos critérios anteriormente descritos, assim como as anotações relacionadas ao desempenho do fornecedor depois da entrega dos bens ou execução dos serviços são os constantes dos Anexos D e E, respectivamente.

**3.4** O fornecedor iniciará sua avaliação com uma pontuação inicial de 85 (oitenta e cinco) pontos, podendo atingir o limite máximo de 100 (cem) pontos, devendo, para tanto, atender às seguintes condições:

- a) O pleno atendimento aos requisitos estipulados para os critérios de comunicação, prazo, quantidade, qualidade e regularidade da documentação;
- b) Não receber sanções administrativas; e
- c) Não haver ocorrência de problemas depois de concluído o fornecimento final dos materiais ou o recebimento definitivo dos serviços, serviços de engenharia ou obras, dentro do prazo de garantia contratual e legal.

**3.5** Será deduzida da pontuação inicial qualquer sanção administrativa que porventura vier a ser aplicada, sempre que o fornecedor deixar de cumprir alguma cláusula contratual, sendo-lhe assegurado o exercício da ampla defesa e do contraditório.

**3.6** As sanções administrativas, para fins de avaliação de desempenho de fornecedores, terão como pontuação individual o produto referente ao peso da penalidade pelo valor de cada situação a ser aplicada de acordo com os valores estabelecidos na tabela constante do Anexo C.

**3.7** O Relatório de Avaliação de Desempenho do Fornecedor será elaborado, conforme modelo constante do Anexo B.

**3.8** A avaliação do desempenho do fornecedor será representada pelo resultado da seguinte fórmula:



## Continuação do Anexo A - Instrução Específica de Avaliação do Desempenho de Fornecedores

**3.8.1 AVD-F** =  $85 + [(\Sigma \text{ Comunicação}) + (\Sigma \text{ Prazo}) + (\Sigma \text{ Quantidade}) + (\Sigma \text{ Qualidade}) + (\Sigma \text{ Reg. Documentação})] - [(\Sigma \text{ Advertências}) + (\Sigma \text{ Multas}) + (\Sigma \text{ Suspensão Temporária de Licitar por 30 (trinta) dias}) + (\Sigma \text{ Suspensão Temporária de Licitar por 3 (três) meses}) + (\Sigma \text{ Suspensão Temporária de Licitar por 6 (seis) meses}) + (\Sigma \text{ Suspensão Temporária de Licitar por 12 (doze) meses}) + (\Sigma \text{ Suspensão Temporária de Licitar por 24 (vinte e quatro) meses}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 30 (trinta) dias}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 3 (três) meses}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 6 (seis) meses}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 12 (doze) meses}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 2 (dois) anos}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 3 (três) anos}) + (\Sigma \text{ Impedimento de licitar e contratar por 5 (cinco) anos}) + (\text{Declaração de Inidoneidade por até 5 (cinco) anos})] - [(\Sigma \text{ AVD-F-PE})]$ .

**3.9** Para os bens fornecidos ou serviços, inclusive nas medições de termos contratuais, o Agente da Administração responsável pelo recebimento ou pela fiscalização emitirá Relatório de Desempenho do Fornecedor, conforme modelo constante do Anexo B, o qual deverá acompanhar toda fatura, nota fiscal ou medição contratual relacionado a cada termo contratual.

**3.10** Ao término de cada termo de contrato, no âmbito da UGE, será obtido o Índice de Desempenho de Fornecedor por Contratação (IDF-C), sendo o mesmo calculado a partir da média aritmética das avaliações de desempenho do fornecedor (AVD-F) emitidos de acordo com o constante no item 3.9. O índice de desempenho de fornecedor por contratação (IDF-C) será representado pelo resultado da seguinte fórmula:

**3.10.1 IDF-C** =  $[\Sigma \text{ AVD-F1} + \Sigma \text{ AVD-F2} + \Sigma \text{ AVD-F3} + \Sigma \text{ AVD-FN}] / N$ . Sendo N igual ao total de avaliações de desempenho do fornecedor emitidas relativas a cada termo contratual.

**3.11** Será, também, calculado o Indicador de Desempenho de Fornecedor por UGE (IDF-UGE), o qual será calculado a partir da média aritmética dos índices de desempenho de fornecedor por contratação (IDF-C), de todos os contratos do fornecedor no âmbito da UGE. O índice de desempenho de fornecedor por UGE (IDF-UGE) será representado pelo resultado da seguinte fórmula:

**3.11.1 IDF-UGE** =  $[\Sigma \text{ IDF-C1} + \Sigma \text{ IDF-C2} + \Sigma \text{ IDF-C3} + \Sigma \text{ IDF-CN}] / N$ . Sendo N igual ao total de contratos avaliados do fornecedor no âmbito da UGE, no último período de 24 (vinte e quatro) meses entre avaliações.

**3.12** Por fim, o Órgão Central do CADTEC, calculará o Índice de Desempenho de Fornecedor no COMAER (IDF-COMAER), o qual será calculado a partir da média aritmética de todos os índices de desempenho do fornecedor por UGE (IDF-UGE), no âmbito do COMAER. O índice de desempenho de fornecedor no COMAER (IDF-COMAER) será representado pelo resultado da seguinte fórmula:

**3.12.1 IDF-COMAER** =  $[\Sigma \text{ IDF-UGE1} + \Sigma \text{ IDF-UGE2} + \Sigma \text{ IDF-UGE3} + \Sigma \text{ IDF-UGEN}] / N$ . Sendo N igual ao total de UGE onde o fornecedor teve contratos avaliados no âmbito do COMAER, no último período de 24 (vinte e quatro) meses entre avaliações.



## **4 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**4.1** Entende-se por falha na execução do contrato a não conclusão da entrega do bem ou da prestação do serviço, de acordo com as especificações técnicas contidas no Contrato Administrativo ou norma técnica correspondente.

**4.2** Entende-se por comportamento inidôneo a conduta intencional de tentar enganar ou corromper a Administração para obter vantagem indevida.

**4.3** Será obrigatório o registro no CADTEC dos fatos que motivaram a emissão de notificações e a aplicação de sanções administrativas ao fornecedor.

**4.4** Deverão constar do Relatório de Avaliação de Desempenho do Fornecedor, no campo “Observações Complementares”, as justificativas da não pontuação máxima nos critérios de avaliação de comunicação, cumprimento de prazo, qualidade do produto/serviço, quantidade, regularidade da documentação e desempenho no pós-entrega, de acordo com os parâmetros estipulados nos Anexos C e D. Nesse mesmo campo, também poderão ser registradas observações positivas, desde que exclusivamente relacionadas aos critérios supramencionados. Para fins de aperfeiçoamento de desempenho ou ampla defesa e contraditório, o cadastrado terá acesso a toda e qualquer observação registrada em seu cadastro.

**4.5** Poderão fornecer informações para o Relatório de Desempenho do Fornecedor:

- a) O Chefe de Almoxarifado Setorial;
- b) A Fiscalização do Contrato;
- c) A Comissão de Recebimento de Materiais, de Obras, de Serviços de Engenharia e dos demais Serviços; e
- d) Qualquer Agente da Administração que for responsável pelo recebimento de bem fornecido ou de serviço prestado à UG.

**4.6** Os Relatórios de Desempenho do Fornecedor serão emitidos no sistema informatizado do CADTEC, preferencialmente, pelo Gestor de Contas a Pagar ou por agente designado em Portaria do Agente Diretor da UG EXEC ou da UG CRED, mediante senha emitida pela SEFA.

**4.7** O registro reiterado dos fornecedores ficará disponível para consulta das Unidades Gestoras do COMAER, na Rede de Computadores Interna do Comando da Aeronáutica (INTRAER), contendo o extrato da avaliação, a UG que a registrou, a justificativa da avaliação do critério classificado como AS, AR e AI, e demais observações consignadas.

**4.8** Os editais de licitação deverão conter cláusula obrigatória, informando às empresas licitantes que o seu desempenho será registrado no CADTEC, devendo essa norma ser posta à disposição dos licitantes a qualquer tempo, preferencialmente, via web.

**4.9** A avaliação de desempenho dos fornecedores tem caráter de assessoramento aos Ordenadores de Despesas da UG, não podendo ser utilizada como requisito para habilitação dos licitantes ou como fator que restrinja a competitividade nos certames licitatórios.

**4.10** Os fornecedores que apresentarem o mais elevado padrão de desempenho, Atendimento Pleno (AP), farão jus ao “SELO DE QUALIDADE COMAER”, desde que atendam aos seguintes requisitos, cumulativamente:

- a) Permaneçam cadastrados no CADTEC por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses contínuos;



- b) Tenham obtido a pontuação máxima (100 pontos – Atendimento Pleno – AP) na avaliação de desempenho IDF-COMAER, durante os últimos 24 (vinte e quatro) meses;
- c) Tenham contratado com, no mínimo, duas UG distintas do COMAER durante dois Exercícios Financeiros contínuos salvo se, pelas suas características técnicas ou contratuais, tenha sido inviável contratar com mais de uma Organização do COMAER nesse período; e
- d) Após o recebimento do “SELO DE QUALIDADE COMAER”, a cada 12 meses subsequentes recebendo a pontuação máxima em novas avaliações, a distinção será renovada fazendo referência aos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

**4.11** O “SELO DE QUALIDADE COMAER” consistirá, tão somente, em registro no CADTEC, não implicando em concessão de prêmio ou comenda, nem acarretando qualquer custo de representação ou de comunicação social adicional para as UG do COMAER.

**4.12** Poderão ser editadas pelas UG EXEC, em coordenação com a SEFA, normas específicas de avaliação de desempenho de fornecedores cujos critérios visem mensurar outros indicadores que melhor representem suas atividades tais como: indicadores de confiabilidade; de qualidade; de custo; de rapidez; de flexibilidade; e outros.

**4.13** Os fornecedores que se enquadrarem nos níveis de qualificação AR e AI não farão jus a emissão de atestado, de acordo com o disposto no inciso II do art. 5º desta Portaria, pelas UG EXEC do COMAER relativo ao fornecimento de bens, de execução de obras e serviços de engenharia ou de prestação de serviços realizados com boa qualidade.

**4.14** Em relação aos graus atribuídos referentes aos Critérios de Comunicação; Cumprimento de prazo; Qualidade do produto/serviço; Quantidade; Regularidade da documentação e ao Pós-Entrega, os fornecedores poderão apresentar justificativas solicitando reconsideração, a exemplo de impossibilidade de fornecimento motivado por força maior, devendo o fato ser avaliado pela Administração. Caso a justificativa apresentada venha a ser aceita, caberá à Administração realizar nova avaliação referente ao critério questionado atribuindo, nesse caso, nova pontuação.



**Anexo B - Relatório de Avaliação de Desempenho de Fornecedor**

<b>UG:</b>			<b>Código da UG:</b>				
<b>Contrato nº:</b>			<b>CNPJ:</b>				
<b>Fornecedor:</b>			<b>Data da NE:</b>				
<b>Nota de Empenho:</b>			<b>Data:</b>				
<b>Nota Fiscal nº:</b>			<b>NUP:</b>				
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>							
	<b>Comunicação</b>	<b>Prazo</b>	<b>Qualidade</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Regularidade Documental</b>	<b>Resultado (Σ Pontuação)</b>	
<b>Pontuação</b>							
<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS</b>							
<div> <div>Sanção</div> <div> <div>Tipo</div> <div></div> </div> </div>		<b>Advertência (Σ)</b>	<b>Multa (Σ)</b>	<b>Suspensão (Σ)</b>	<b>Imped. Lic/Cont. (Σ)</b>	<b>Declaração de Inidoneidade</b>	<b>Resultado (=)</b>
		<b>1</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	
<b>Advert.</b>	<b>2</b>						
<b>Multa</b>	<b>3</b>						
	<b>5</b>						
	<b>9</b>						
	<b>11</b>						
<b>Suspensão</b>	<b>30d</b>	<b>1</b>					
	<b>3m</b>	<b>3</b>					
	<b>6m</b>	<b>5</b>					
	<b>12m</b>	<b>7</b>					
	<b>24m</b>	<b>9</b>					
<b>Imped. Lic. c.</b>	<b>30d</b>	<b>1</b>					
	<b>3m</b>	<b>3</b>					
	<b>6m</b>	<b>5</b>					
	<b>12m</b>	<b>7</b>					
	<b>2a</b>	<b>9</b>					
	<b>3a</b>	<b>11</b>					
	<b>5a</b>	<b>13</b>					
<b>Inid.</b>	<b>Até 5a</b>	<b>11</b>					
<b>Resultado</b>							



**Continuação do Anexo B - Relatório de Avaliação de Desempenho de Fornecedor**

<b>PÓS-ENTREGA</b>			
<b>Pontuação</b>			
<b>AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO FORNECEDOR</b>			
<b>85 + (Σ Critérios de Avaliação) – (Σ Sanções Administrativas) – (Σ Pós-Entrega) =</b>			
<b>Qualificação</b>	<b>Faixa</b>		<b>Classificação</b>
<b>AP</b>	<b>100</b>		
<b>AS</b>	<b>99 – 85</b>		
<b>AR</b>	<b>84 – 70</b>		
<b>AI</b>	<b>&lt; 70</b>		
<b>Justificativa para a Qualificação AR ou AI:</b>			
<b>Observações Complementares:</b>			
<b>Data</b>	<b>Responsável pela Avaliação</b>	<b>Post/Grad.</b>	<b>Cargo</b>



**Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
<b>Advertência</b>		<b>1</b>	Quando a Contratada infringir, pela primeira vez, obrigações afetas ao atraso na entrega, substituição de bens ou de nota fiscal com incorreção, ou ainda, não cumprimento de orientações da fiscalização no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas.	<b>2</b>	<b>2</b>
<b>Multa</b>		<b>3</b>	Por atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-financeiro por até 90 (noventa) dias.	<b>3</b>	<b>9</b>
			Por atraso no prazo de execução das etapas previstas no Cronograma Físico-financeiro por prazo superior a 90 (noventa) dias.	<b>5</b>	<b>15</b>
			Descumprimento de qualquer condição ajustada no contrato.	<b>9</b>	<b>27</b>
			Quando a Contratada der causa à rescisão.	<b>11</b>	<b>33</b>
<b>Suspensão Temporária de Licitar</b>	<b>30 (trinta) dias</b>	<b>5</b>	No descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; ou Na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.	<b>1</b>	<b>5</b>



**Continuação do Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
	<b>3 (três) meses</b>	<b>5</b>	<p>Na desistência de proposta, sem que haja justo motivo decorrente de fato superveniente;</p> <p>Na solicitação de sua própria desclassificação ou inabilitação, após a fase de lances, no pregão;</p> <p>Na arguição da inexequibilidade dos próprios preços ofertados;</p> <p>No descumprimento, durante a execução de pregão, dos requisitos de habilitação, tendo declarado ou registrado no COMPRASNET previamente que os atendia;</p> <p>Na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação; ou</p> <p>Na interposição de recurso manifestamente protelatório.</p>	<b>3</b>	<b>15</b>
	<b>6 (seis) meses</b>		<p>Na recusa do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a assinar ou aceitar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente;</p> <p>Na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação;</p> <p>Na reincidência na prática de ilícito sancionável de acordo com o contido na suspensão temporária de licitar por 30 (trinta) dias e 3 (três) meses, quando ocorrer em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;</p> <p>Na aplicação da segunda sanção de multa no mesmo PAG;</p> <p>Na aplicação de duas sanções de advertência e uma de multa, no âmbito do COMAER, no prazo de 12 (doze meses), sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração; ou</p> <p>Na aplicação de duas sanções de multa no âmbito do COMAER, no prazo de 12 (doze meses), sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.</p>	<b>5</b>	<b>25</b>



**Continuação do Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
<b>Suspensão Temporária de Licitar</b>	<b>12 (doze) meses</b>	5	<p>Quando a contratada retarde imotivadamente o fornecimento dos bens ou a execução do serviço ou obra, que implique na rescisão contratual;</p> <p>Quando a contratada não pagar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; ou</p> <p>Na reincidência de prática de inadimplemento sancionável na forma do contido na suspensão temporária de licitar por 6 (seis) meses, quando ocorrer em prazo inferior a 36 (trinta e seis) meses.</p>	<b>7</b>	<b>35</b>



**Continuação do Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
	<b>24 (vinte e quatro) meses</b>	<b>5</b>	<p>Na prática de ilícito, visando frustrar os objetivos da licitação, tais como a formação de conluio ou de cartel;</p> <p>Na apresentação de documentos fraudulentos, adulterados, falsos ou falsificados;</p> <p>Na emissão de declaração falsa;</p> <p>Na condenação definitiva pela prática dolosa de fraude fiscal no recolhimento de tributos relacionados ao contrato;</p> <p>Na paralisação do serviço, da obra ou do fornecimento de bens sem justo motivo e sem prévia comunicação à Administração;</p> <p>Na entrega de material falsificado ou adulterado, utilizando-se de artimanhas para ludibriar a Administração;</p> <p>Na inexecução contratual da qual resultem graves prejuízos à Administração; ou</p> <p>Na reincidência na prática de inadimplemento sancionável de acordo com o contido na suspensão temporária de licitar por 12 (doze) meses, quando ocorrer em prazo inferior a 48 (quarenta e oito) meses.</p>	<b>9</b>	<b>45</b>
<b>Impedimento de Licitar e Contratar com a União</b>	<b>30 (trinta) dias</b>	<b>5</b>	<p>No descumprimento do prazo fixado para adoção de medidas corretivas, quando da aplicação da sanção de advertência; ou</p> <p>Na perturbação de qualquer ato da sessão pública da licitação.</p>	<b>1</b>	<b>5</b>



**Continuação do Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
	<b>3 (três) meses</b>	<b>5</b>	<p>Na desistência de proposta, sem que haja justo motivo decorrente de fato superveniente;</p> <p>Na solicitação de sua própria desclassificação ou inabilitação, após a fase de lances, no pregão;</p> <p>Na arguição da inexecutabilidade dos próprios preços ofertados;</p> <p>No descumprimento, durante a execução de pregão, dos requisitos de habilitação, tendo declarado ou registrado no COMPRASNET previamente que os atendia;</p> <p>Na falta de apresentação de nova proposta no prazo estabelecido pelo pregoeiro, adaptada ao valor ofertado na fase de lances ou ao obtido mediante negociação;</p> <p>Na falta de apresentação de amostra no prazo determinado, quando houver previsão no edital da licitação; ou</p> <p>Na interposição de recurso manifestamente protelatório.</p>	<b>3</b>	<b>15</b>



**Continuação do Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
	<b>6 (seis) meses</b>		<p>Na recusa do licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, a assinar ou aceitar o contrato, ou retirar o instrumento equivalente;</p> <p>Na falta de apresentação de garantia contratual, nos termos do edital da licitação;</p> <p>Na reincidência na prática de ilícito sancionável de acordo com o contido no Impedimento de Licitar e Contratar com a União por 30 (trinta) dias e 3 (três) meses, quando ocorrer em prazo inferior a 24 (vinte e quatro) meses;</p> <p>Na aplicação da segunda sanção de multa no mesmo PAG;</p> <p>Na aplicação de duas sanções de advertência e uma de multa, no âmbito do COMAER, no prazo de doze meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;</p> <p>Na aplicação de duas sanções de multa no âmbito do COMAER, no prazo de doze meses, sem que o fornecedor tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração.</p>	<b>5</b>	<b>25</b>
	<b>12 (doze) meses</b>	<b>5</b>	<p>Quando a Contratada retarde imotivadamente o fornecimento dos bens ou a execução do serviço, que implique rescisão contratual;</p> <p>Quando a Contratada não pagar a multa no prazo estabelecido, nas situações em que não for possível descontar o seu valor da garantia ou dos créditos decorrentes de parcelas executadas; e</p> <p>Na reincidência na prática de ilícito sancionável de acordo com o contido no Impedimento de Licitar e Contratar com a União por 6 (seis) meses, quando ocorrer em prazo inferior a trinta e seis meses.</p>	<b>7</b>	<b>35</b>



**Continuação do Anexo C - Tabela de Peso e Valor das Penalidades**

Sanção Administrativa		Peso	Situação	Valor	Produto
<b>Impedimento de Licitar e Contratar com a União</b>	<b>2 (dois) anos</b>	<b>5</b>	Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato ou deixar de entregar documentação exigida para o certame; ou  Não mantiver a proposta.	<b>9</b>	<b>45</b>
	<b>3 (três) anos</b>		Ensejar o retardamento da execução do contrato; ou  Falhar na execução do contrato.	<b>11</b>	<b>55</b>
	<b>5 (cinco) anos</b>		Convocada, dentro do prazo de validade da sua proposta, apresentar documentação ou informações falsas para o certame;  Fraudar na execução do contrato, utilizando-se de artifícios para burlar a fiscalização na intenção de entregar objeto com especificações técnicas inferiores ou prestar serviço com padrão de qualidade abaixo do contratado; ou  Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	<b>13</b>	<b>65</b>
<b>Declaração de Inidoneidade</b>	<b>Até 5 (cinco) anos</b>	<b>7</b>	Tenha a empresa ou profissional sofrido condenação definitiva pela prática, por meios dolosos, de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;  Tenha a empresa ou profissional praticado ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação;  A Administração venha a constatar que a empresa ou profissional não possuam idoneidade para contratar em virtude de atos ilícitos praticados; ou  Constatação, pelo Tribunal de Contas da União, da ocorrência de fraude comprovada à licitação.	<b>11</b>	<b>77</b>



### Anexo D - Critérios de Avaliação

Critério	Pontuação	Subcritérios
<b>Comunicação</b>	3	Os meios de comunicação disponibilizados pelo fornecedor permitem que a Administração contate de imediato a empresa.
	2	Os meios de comunicação disponibilizados pelo fornecedor permitem que a Administração somente consiga contatar a empresa após várias tentativas no mesmo dia.
	1	Os meios de comunicação disponibilizados pelo fornecedor não possibilitam que a Administração consiga contatar a empresa em prazo menor que 48 horas.
	0	Os meios de comunicação disponibilizados pelo fornecedor não permitem nenhum contato da Administração com a empresa.
<b>Prazo (Bens)</b>	3	Cumpre, com precisão, todos os prazos previstos no instrumento contratual para o fornecimento de bens.
	2	Entrega os bens previstos com atraso de até 72 (setenta e duas) horas, a partir da data fixada para o seu recebimento.
	1	Entrega os bens previstos no período compreendido entre o 4º (quarto) dia até o 15º (décimo quinto) dia de atraso.
	0	Entrega os bens previstos acima de 15 (quinze) dias de atraso
<b>Prazo (Serviços)</b>	3	Cumpre, com precisão, todos os prazos estabelecidos nas diversas etapas do instrumento contratual, sem a emissão de qualquer advertência por parte da Administração.
	2	Há o cumprimento dos prazos estabelecidos nas diversas etapas do instrumento contratual, somente após o recebimento de advertência por parte da Administração.
	1	O cumprimento dos prazos estabelecidos somente ocorre após a emissão de reiteradas advertências ou aplicação de multa por parte da Administração.
	0	Não cumpre os prazos estabelecidos no instrumento contratual mesmo após a aplicação de sanções administrativas.
<b>Qualidade (Bens)</b>	3	Os bens entregues correspondem plenamente às especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual.



### Continuação do Anexo D - Critérios de Avaliação

Critério	Pontuação	Subcritérios
	2	Do total de bens entregues, um percentual de até 10% (dez por cento) não correspondem às especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, havendo a necessidade de substituição dos itens deficientes/incorretos no prazo estipulado pela Administração.
	1	Do total de bens entregues, um percentual de até 50% (cinquenta por cento) não correspondem às especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, havendo a necessidade de substituição dos itens deficientes/incorretos no prazo estipulado pela Administração.
	0	Os bens entregues não correspondem, em mais de 50% dos casos, às especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, havendo a necessidade de substituição de todos os itens no prazo estipulado pela Administração.
<b>Qualidade (Serviços)</b>	3	Os serviços, serviços de engenharia e obras executados pela empresa correspondem plenamente às especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, não havendo a necessidade de intervenção por parte da Administração.
	2	Após a emissão de advertência, pela Administração, a empresa atendeu ao previsto nas especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, quando da realização dos serviços, serviços de engenharia e obras.
	1	Somente depois de reiteradas advertências ou aplicação de multa, pela Administração, a empresa tem cumprido o previsto nas especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, quando da realização dos serviços, serviços de engenharia e obras.
	0	Mesmo advertida ou multada pela Administração, a empresa não atende ao previsto nas especificações técnicas contidas nos instrumentos convocatório e contratual, quando da realização dos serviços, serviços de engenharia e obras.
<b>Quantidade (Bens)</b>	3	Os bens entregues correspondem plenamente à quantidade especificada no documento fiscal e na nota de empenho.
	2	Os bens entregues correspondem a menos de 100% e mais de 75% da quantidade especificada no documento fiscal e na nota de empenho.
	1	Os bens entregues correspondem a menos de 75% e mais de 50% da quantidade especificada no documento fiscal e nota de empenho
	0	Os bens entregues correspondem a menos de 50% da quantidade especificada no documento fiscal e na nota de empenho.



### Continuação do Anexo D - Critérios de Avaliação

Critério	Pontuação	Subcritérios
<b>Quantidade (Serviços)</b>	3	As etapas dos serviços, serviços de engenharia e obras executadas pela empresa correspondem plenamente às etapas previstas no Cronograma de Execução, não havendo a necessidade de intervenção por parte da Administração.
	2	Após a emissão de advertência, pela Administração, a empresa cumpriu o previsto no Cronograma de Execução Físico-Financeiro, quando da realização dos serviços, serviços de engenharia e obras.
	1	Somente depois de reiteradas advertências ou aplicação de multa, pela Administração, a empresa cumpriu o previsto no Cronograma de Execução Físico-Financeiro, quando da realização dos serviços, serviços de engenharia e obras.
	0	Mesmo advertida ou multada pela Administração, a empresa não cumpriu o previsto no Cronograma de Execução Físico-Financeiro, quando da realização dos serviços, serviços de engenharia e obras.
<b>Regularidade da Documentação</b>	3	A nota fiscal encontra-se em perfeita conformidade com a legislação fiscal vigente e com a nota de empenho, não apresentando rasuras e acompanhada da documentação adicional, se exigível pela Administração.
	2	A nota fiscal encontra-se em perfeita conformidade com a legislação fiscal vigente e com a nota de empenho, não apresentando rasuras, mas desacompanhada da documentação adicional exigível pela Administração.
	1	A nota fiscal encontra-se em perfeita conformidade com a legislação fiscal vigente, não apresenta rasuras, mas apresenta divergências com a nota de empenho ou está desacompanhada da documentação adicional exigível pela Administração.
	0	A nota fiscal apresenta incorreções em relação à legislação fiscal vigente, não conformidade com a nota de empenho, apresenta rasuras e está desacompanhada da documentação adicional exigível pela Administração.



### Anexo E - Pós-Entrega

Critério	Pontuação	Subcritérios
<b>Pós-Entrega (Bens)</b>	3	Do total de bens entregues, mais de 50% (cinquenta por cento) dos produtos apresentaram desvio de qualidade durante o seu uso, havendo a necessidade de substituição dos itens deficientes no prazo estipulado pela Administração.
	2	Do total de bens entregues, entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) dos produtos apresentaram desvio de qualidade durante o seu uso, havendo a necessidade de substituição dos itens deficientes no prazo estipulado pela Administração.
	1	Do total de bens entregues, menos de 10% (dez por cento) dos produtos apresentaram desvio de qualidade durante o seu uso, havendo a necessidade de substituição dos itens deficientes no prazo estipulado pela Administração.
	0	Nenhum bem entregue apresentou desvio de qualidade durante o seu uso.
<b>Pós-Entrega (Serviços)</b>	3	Houve a necessidade de se refazer mais de 50% dos serviços prestados, no prazo estipulado pela Administração.
	2	Houve a necessidade de se refazer, entre 10% (dez por cento) e 50% (cinquenta por cento) dos serviços prestados, no prazo estipulado pela Administração.
	1	Houve a necessidade de se refazer menos de 10% (dez por cento) dos serviços prestados, no prazo estipulado pela Administração.
	0	Não houve a necessidade de se refazer quaisquer dos serviços prestados.



## ANEXO IX

### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DA NECESSIDADE DE CADASTRAMENTO NO CADTEC PARA EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### D E C L A R A Ç Ã O

....., inscrita no CNPJ nº....., sediada....., por intermédio de seu representante legal, Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº....., órgão expedidor ..... e do CPF nº ....., DECLARA que tem ciência da necessidade de cadastramento no Cadastro Técnico de Fornecedores do Comando da Aeronáutica, nos termos da Portaria 1526/GC6, de 12 de setembro de 2014, como condição necessária à efetivação de possível contratação resultante do **Concorrência n.º 003/CELOG/2016**.

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
assinatura e nome do representante legal

Observação: esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante.

